

UMA CASA NA SERRA D'ARGA

PROJECTO DE REABILITAÇÃO

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Docente Orientador Arquitecto António Madureira

Autor Hugo Miguel Ribeiro Sobrosa Araújo

This is the study of a rehabilitation project.

An intervention in a ruin, inside the rural context -

Serra D'Arga. It is divided in two phases: first, the

approximation to architectural project, through

research and documentation and second, the

elaboration of an intervention proposal, translated

into draw, that responds to a specific program and

also to the adjustment of the pre-existence to current

needs.

Este é o estudo sobre um projecto de reabilitação.

Uma intervenção numa ruína, em pleno contexto

rural - a Serra D'Arga. Divide-se em dois momentos:

um de aproximação ao projecto de arquitectura,

a partir de investigação e documentação e um

segundo momento de elaboração de uma proposta

de intervenção, traduzida em desenho que responde

a um programa específico e à adaptação da pré-

existência às necessidades actuais.



01



02

objectivo A presente dissertação tem como principal objectivo realizar um projecto de arquitectura – uma intervenção numa ruína de meados do século XX, inserida num contexto rural. É pretendido que o projecto aborde o campo da reabilitação, recuperando um antiga habitação. Esta vontade surge da excessiva carga de património construído que actualmente se encontra degradado ou em desuso. A ideia nasce por conhecer o “passado” do edificado e actuar sobre ele, de modo a consolidar a ruína e adaptá-la a novas necessidades, atribuindo um novo programa. O ponto fulcral é procurar uma resposta que conceda uma “nova vida” à ruína e solucione as condições da pré-existência.

objecto O estudo desenvolve-se a partir de uma residência do guarda florestal, construída em meados do século XX, na década de 50. O projecto original insere-se numa política do Estado Novo de organização, gestão e exploração florestal em Portugal. Com o objectivo de criar postos de guarda, foi desenhado um projecto-tipo que se repete ao longo das diversas áreas florestais. Dependendo do seu local de implantação, a construção da “casa” sofre variações/adaptações nos seus elementos arquitectónicos. O objecto de estudo localiza-se em pleno contexto rural: na Serra d’Arga, próximo da aldeia de Arga de S. João que pertence ao Concelho de Caminha. A paisagem agreste e o território envolvente constroem um identidade muito forte na obra, assim como todos os afloramentos graníticos presentes característicos da região do Alto Minho, extremo noroeste de Portugal. Deste modo, são formadas duas identidades adjacentes ao objecto - uma pelo lugar onde está implantado e outra pela ordem arquitectónica da “casa”. Actualmente, a “casa” encontra-se totalmente degradada, em parte porque a função pública

destinada à vigilância florestal foi suspensa. Da obra original, com o passar do tempo, quase só sobreviveram as paredes exteriores e interiores. Na sua envolvente imediata, existem mais dois volumes de construção (provavelmente) posterior: um anexo em pedra, edificado em granito, e uma garagem. Integrado na paisagem, junto ao caminho de acesso à “casa” é também possível observar a existência de um trilho de montanha lajeado com blocos de granito. É essencial a procura de uma solução, no campo de estudo da reabilitação, que estabeleça uma forte relação com a pré-existência e, ao mesmo tempo, se adapte a um novo programa, explorando múltiplas escalas - desde o nível territorial até ao pormenor construtivo.

método Focando o tema num património edificado já existente, é obrigatório compreender o seu passado e o panorama em que se enquadra – temporal, histórico, político, social, cultural e arquitectónico. É reconhecida toda a documentação possível relativa ao objecto que permita equacionar toda a sua realidade, como cartas topográficas, desenhos rigorosos, levantamentos, fotografias e memórias. Uma vez observado o objecto, é sobre estas bases que é possível criar um processo de intervenção e transformação da ruína – desenvolvendo o projecto a diferentes escalas, desde a aproximação do lugar à forma construída. O campo de acção é, portanto, composto por duas vertentes: uma prática e uma teórica, que se complementam simultaneamente e são trabalhadas par a par. A vertente prática procura encontrar uma resposta no desenho de um projecto e a vertente teórica procura uma análise, interpretação e consequente narrativa. Com o projecto de reabilitação é requerida uma proposta final que se assemelhe a um projecto de execução, com percepção tanto do quadro paisagístico como das técnicas construtivas.

Introdução	8
------------	---

CIRCUNSTÂNCIA

1	
A Serra D'Arga	16
Um apontamento sobre o Mosteiro de S. João D'Arga	24
O granito e a madeira	28
2	
A ruína	32
A paisagem	46
A memória	52
3	
A casa do guarda florestal	56
O enquadramento histórico	62
A ordem de construção	70

INTERVENÇÃO

4	
Um apontamento sobre o actual viver no mundo rural	82
Uma “nova” casa	84
5	
A intervenção	90
As premissas que condicionaram o projecto	92
Reaproveitar as paredes de granito	94
O lugar	96
Um novo tecto	98
Uma viagem de espaço a espaço	102
6	
O desenho do projecto de reabilitação	108
Considerações Finais	122
Bibliografia	124
Índice de Imagens	126

CIRCUNSTÂNCIA

O primeiro capítulo apresenta todo o processo de aproximação ao objecto de estudo. O texto, dentro deste capítulo, foi organizado em três pontos: no primeiro, aborda-se o projecto na sua escala mais ampla, no contexto da região (Alto Minho) e a expressão do seu território (Serra D'Arga); no segundo, coloca-se em enfâse a circunstância envolvente da ruína e a área a intervir; e no último, em analepse, enquadra-se historicamente a ruína e o passado que viveu.

Uma ruína, no topo da montanha.

Junto da casa onde cresci, no vale do Minho.

Reconheci o lugar - a Serra D'Arga.

Era a última construção entre a povoação de Arga de S. João e o Mosteiro.

A Serra D’Arga.

A Serra D’Arga é um maciço rochoso que tem lugar no extremo noroeste de Portugal. A montanha nasce ao lado do Oceano Atlântico e a norte confronta-se com o Monte de Santa Tecla¹, na Galiza.

José Saramago, na sua *Viagem a Portugal*, regista: *Desce o viajante para Caminha, ao longo do rio Coura. Pela esquerda tem a serra de Arga, rapada montanha que o Sol acende, lugar de protopoemas² e de lobos. Não é alta esta serra, pouco mais de oitocentos metros, mas desafogada que está, faz grande vulto na distância e repele o viajante com mão dura.*³

Entre a foz do Rio Minho, no desembocar do rio Coura com o rio Lima nasce uma Serra de carácter especial que domina a costa atlântica. A Serra D’Arga cria um grande contraste entre a cota baixa à beira-mar e a altitude sentida nas suas proximidades– uma característica forte na paisagem no Alto Minho - (...) *um anfiteatro voltado para o mar*⁴.

A serra é marcada pelos seus expressivos relevos que nascem em vales rasgados pelas linhas de água e se desnudam no topo.⁵

O clima, directamente influenciado pela localização geográfica, é sazonal e temperado pela proximidade atlântica. Os Invernos são rigorosos e desconfortáveis, com elevados índices de pluviosidade. Em contraste, na estação de Verão perdura um ambiente quente e seco.⁶

A partir dos riachos ensombrados, repletos de musgo, a encosta sobe e começa a ficar cada vez menos arborizada, cedendo lugar às pastagens pontuadas por pinheiros isolados entre muitos afloramentos graníticos. No seu cume, o maciço aplanar e encontra-se exposto, dando lugar a vegetação agreste e rasteira - mata.



03 Vista sobre a foz do Rio Minho.

1 O Monte de Santa Tecla (Santa Tegra) situa-se no extremo sudoeste da Guardia, província de Pontevedra, região da Galiza (Espanha). Enquadra-se na paisagem da foz do Rio Minho. O recinto montanhoso inclui o Castro de Santa Tegra, um sítio arqueológico pertencente à cultura castreja.

2 Alusão ao *Protopoema da Serra D’Arga* de António Pedro, publicado em 1948. António Pedro (1909-1966) foi um escritor, encenador e artista plástico português, de corrente surrealista que viveu os seus últimos anos em Moledo do Minho, uma praia junto a Caminha.

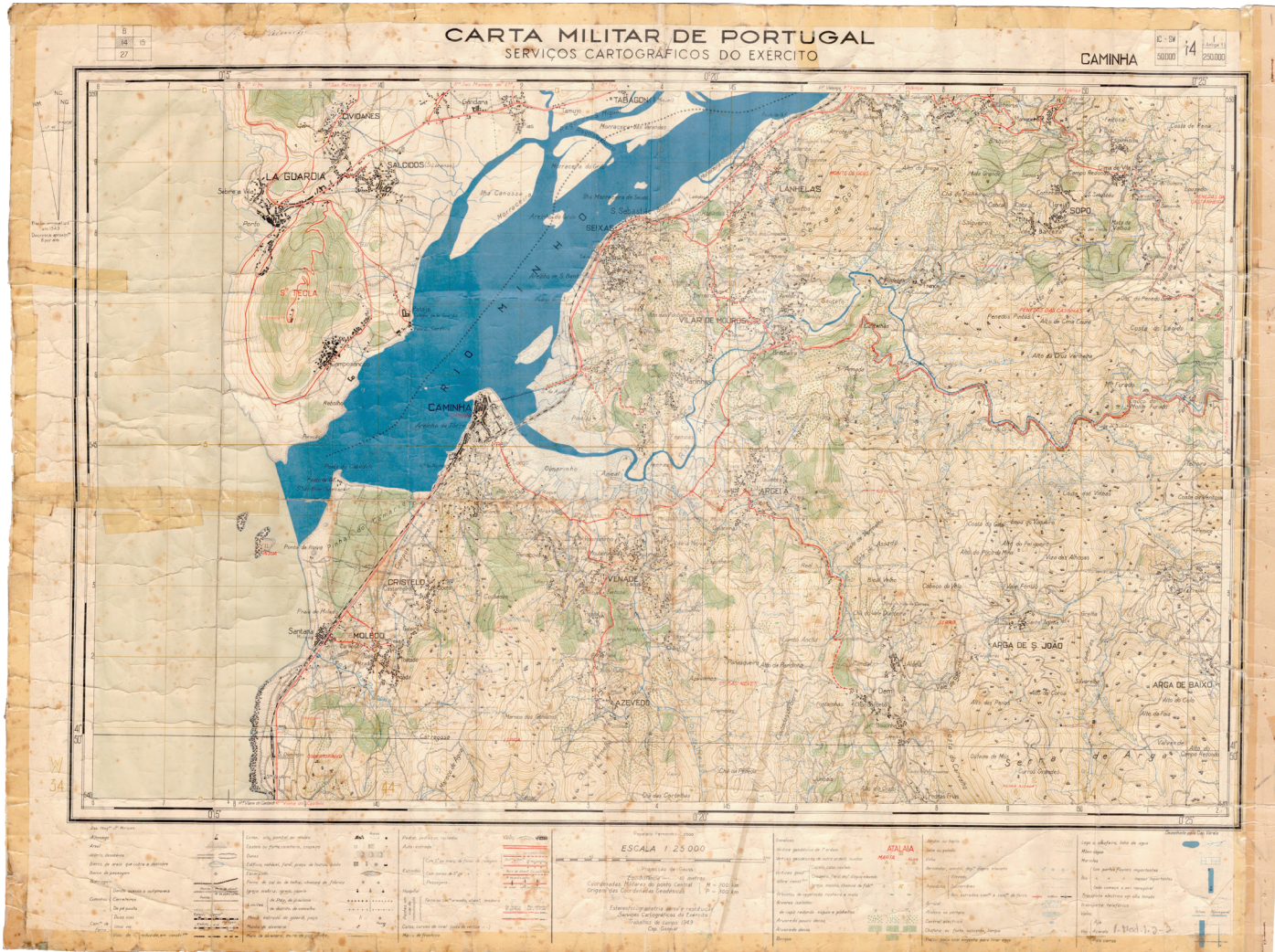
3 Excerto extraído da narrativa escrita por José Saramago na sua viagem por Portugal em 1981. In SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*. Editorial Caminho, Lisboa 1992, p.51.

4 RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal, Volume IV: A vida Económica e Social*. Edições João Sá da Costa, Lisboa 1991, p. 1243.

5 O pico mais alto da Serra D’Arga encontra-se a 825 metros de altitude (Alto do Espigueiro, Montaria – Viana do Castelo).

6 *Apesar do incontestável carácter mediterrâneo do clima de Portugal, é o oceano o seu grande regulador, pelos Invernos doces e chuvosos, pelos Estios temperados de brisas húmidas, pelas massas de nuvens que os ventos de Oeste impelem contras as montanhas.* In RIBEIRO, Orlando, Portugal – *O Mediterrâneo e o Atlântico*. Sá da Costa, Lisboa, 1963. Apud. MENÉRES, António – *Arquitecturas Populares, Memórias do Tempo e do Património Construído*. Município de Arcos de Valdevez, Casa das Artes, 2013, p. 21.

A Serra D’Arga.



04 Carta Militar 1949, Caminha.

A paisagem está muito marcada pela presença do mosaico agro-pastoril, graças aos muros toscos das parcelas entre campos.⁷ O povoamento (ou o pouco que resta dele) vive e tem memória de viver extremamente ligado à agricultura. A Serra D’Arga inclui, ainda hoje, um vasto património vernáculo⁸ associado ao cultivo agrícola e à subsistência do homem na montanha. Um solo rude que sobrevive graças a um labor diário na terra.

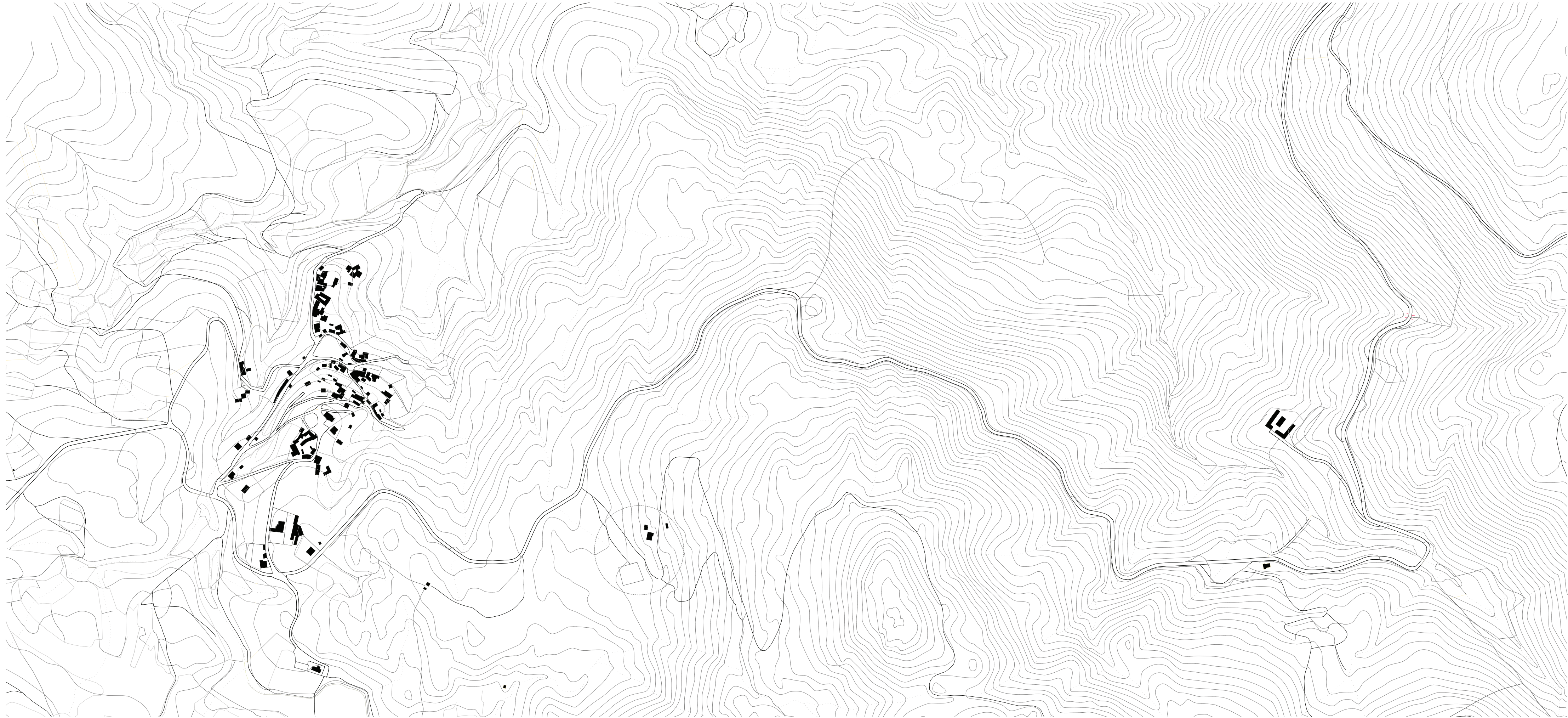
No alto da Serra, é forte a sensação dominante de magnitude e profundidade graças ao declive acentuado da montanha. Mas, em sintonia, também prevalece uma sensação de calma, refúgio, suavidade, e até mesmo, de isolamento.

Administrativamente, o território que ocupa o maciço rochoso pertence a quatro concelhos – Caminha, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima, subdividindo-se em cinco freguesias – Arga de S. João, Arga de Cima, Arga de Baixo⁹, Dem e Montaria¹⁰. Hoje em dia (e apesar de haver melhores vias de acesso e comunicação) é reduzida a população que vive a Serra. Muitas das habitações estão entregues ao abandono, assim como a maioria das práticas agrícolas.

No entanto, a montanha perdura como um forte ponto de interesse e estudo, com inúmeras possibilidades de reactivação. Actualmente, já nasceram algumas iniciativas culturais como o caso da Galeria Arte na Leira¹¹, um evento dinamizador na aldeia da Arga de Baixo.

7 Na Serra, os terrenos agrícolas dividem-se em pequenas parcelas, zelosamente demarcadas por toscos muros de pedra solta. Ao longo dos vales sucedem-se as leiras, dando origem a um impressionante mosaico de culturas e tons de verde. (...) Nas zonas incultas, para além das florestas de espécie exóticas, encontram-se alguns bosques residuais de carvalho-robe, castanheiros, sobreiros e freixos que, nas zonas mais altas, cedem lugar às pastagens e aos afloramentos rochosos. In DEUSDADO, A.S., et al - Portugal pé-ante-pé. Fórum Ambiente e Bertrand Editora, Lisboa, 2001. Apud. UNIVERSIDADE DE ÉVORA, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico (2002) - Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Coleção Estudos 10, Volume II. Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, p. 21.

8 Por “vernáculo” entende-se aquilo que é próprio da uma região. O termo, em arquitectura, identifica as construções ligadas à “terra”, isto é, construídas com os materiais locais e adaptadas à cultura local. 9 Em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, foram agregadas três freguesias para formar uma nova denominada União das Freguesias das Argas (Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João). 10 Popularmente conhecida como S. Lourenço da Montaria. 11 Arte na Leira é uma galeria de arte (pintura, escultura, cerâmica, fotografia, vidro e tapeçaria) situada na aldeia de Arga de Baixa. É uma iniciativa que ocorre desde 1999 promovida pelo pintor Mário Rocha, com ajuda da Câmara Municipal de Câmara e com o intuitivo de dinamizar a vida na Serra D’Arga nos meses de Verão.



ALDEIA DE ARGAS DE S. JOÃO

OBJECTO DE ESTUDO

MOSTEIRO DE S. JOÃO D'ARGA

A Serra D’Arga.

Sonhei ou bem alguém me contou
Que um dia
Em San Lourenço da Montaria
Uma rã pediu a Deus para ser grande como um boi
A rã foi
Deus é que rebentou
E ficaram pedras e pedras nos montes à conta da fábula
Ficou aquele ar de coisa sossegada nas ruínas sensíveis
Ficou o desejo que se pega de deixar os dedos pelas arestas das fragas
Ficou a respiração ligeira do alívio do peso de cima
Ficou um admirável vazio azul para crescerem castanheiros
E ficou a capela como um inútil côncavo de virgem
Para dançar à roda o estrapassado e o vira
Na volta do San João d’Arga

(...)

Todas estas informações são muito mais poema do que parecem
Porque a poesia não está naquilo que se diz
Mas naquilo que fica depois de se dizer
Ora a poesia da Serra d’Arga não tem nada com as palavras
Nem com os montes nem com o lirismo fácil
De toda a poesia que por lá há

A poesia da Serra d’Arga está no desejo de poesia
Que fica depois da gente lá ter ido¹²



05 Entorno, Arga de S. João.



¹² *Protopoema da Serra D’Arga*. Moledo, Agosto de 1948 In PEDRO, António – *Antológica Poética*. Angelus Novus, 1998.
Disponível em <http://canaldepoesia.blogspot.pt/2011/11/antonio-pedro-protopoema-da-ser-ra-darga.html>.

Um apontamento sobre o Mosteiro de S. João D’Arga.



06 Pátio do Mosteiro de S. João D’Arga.

Pela sua sublime simplicidade, é obrigatório destacar o Mosteiro de S. João D’Arga e o arraial centenário que move muitos peregrinos até à montanha.

O Mosteiro está situado no “coração” do vale, a meia-encosta entre o topo (Alto da Coroa) e o Rio Coura. Encontra-se praticamente isolado no meio da Serra, afastado dos principais itinerários e camuflado pela vegetação arbórea que o envolve. Este santuário de montanha foi, presumivelmente, construído pela ordem beneditina, com a função de abrigar os peregrinos. Os caminhantes que cumpriam as suas promessas podiam pernoitar nos denominados “quartéis”. Desenvolve-se em três volumes: *dois albergues dispostos frontalmente, de planta em L e de dois pisos*¹³ e uma capela. A sua implantação obriga que os seus volumes se formem ao redor de um pátio que se abre para o vale, estabelecendo um forte vínculo com a paisagem. *O conjunto do recinto impunha-se pela sua unidade e pelo jogo sábio da própria disposição e escalas dos volumes arquitectónicos.*¹⁴

Não se sabe ao certo a sua data de fundação, mas remonta para o séc. VI.¹⁵ No século XII foram executadas ampliações à construção inicial, como o caso da capela (com traços românicos¹⁶) que se insere no centro das duas alas do mosteiro. Nos próprios volumes dos quartéis também foram justapostas ampliações. Estes, têm cobertura de duas águas e possuem o pé-direito baixo, próximo do escala humana. O piso térreo constitui uma zona frontal de galeria aberta entrecortada por pilares que sustentam o varandim superior. *A este acede-se por umas escadas frontais, tendo o varandim parapeito em grandes lajes e pilares quadrangulares de granitos sustentando a cobertura, constituindo um corredor amplo pelo qual se faz a passagem para os compartimentos dos romeiros.*¹⁷ Transmite uma forte mensagem arquitectónica, pela sua edificação em granito de carácter popular.¹⁸ Tanto a colocação das lousas de pedras que fazem a guarda do piso superior como o dimensionamento de todos os seus elementos demonstram uma grande sensibilidade e elegância – uma obra-prima concebida pelo saber do pedreiro (prática de gerações) – a lição do *apenas isso*¹⁹. Interiormente, contém um pavimento em soalho e as compartimentações efectuem-se por divisórias de madeira.

A Romaria de S. João D’Arga é uma celebração religiosa que decorre no final de Agosto e faz parte da memória colectiva de todos os habitantes do Alto Minho. Num repositório de experiências de tradições serranas²⁰ havia um relato das peregrinações em “dia de festa”: *os carreiros escabrosos por onde se teria de passar eram maus e difíceis de percorrer, no entanto a animosidade e entusiasmo que todos tinham, ultrapassava todos os momentos de qualquer dificuldade.*²¹ Ainda hoje se deslocam muitos peregrinos de todos os concelhos que rodeiam a Serra D’Arga para a celebração. O imóvel foi classificado como Monumento de Interesse Público em 2013 pela Direcção Geral do Património Cultural. Hodiernamente, sofreu obras de requalificação, mas não usufrui de actividade diária, apenas no festivo anual de 28 para 29 de Agosto.

13 SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), Direcção Geral do Património Cultural. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3488.
14 MENÉRES, António – *Arquitecturas Populares, Memórias do Tempo e do Património Construído*. Município de Arcos de Valdevez, Casa das Artes, 2013, p. 56.
15 ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho*. Edição da Câmara Municipal de Caminha, Caminha, 1985, p.281.
16 Idem, p.284.
17 SIPA (Sistema de Informação para o Património

Arquitectónico), Direcção Geral do Património Cultural. In http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3488.
18 Arquitectura própria do povo, intimamente relacionada com a “cultura popular”.
19 MENÉRES, António – *Arquitecturas Populares, Memórias do Tempo e do Património Construído*. Município de Arcos de Valdevez, Casa das Artes, 2013, p. 57.
20 ALMEIDA, Luís In CEREJEIRA, José Domingos - *Memórias da Serra D’Arga*. Jornal Digital CAMINH@2000, Caminha, 2003, p.3.
21 Idem, p.7.



07 Galeria de acesso. Piso superior do Mosteiro de S. João D'Arga.



08 Pormenor. Alçado do Mosteiro S. João D'Arga.

O granito e a madeira.



09 Muro de parcelamento agro-pastoril.

O Norte de Portugal é caracterizado por ser uma região montanhosa que traduz uma maior diversidade do solo. Consequentemente, a constituição do solo condiciona a origem dos materiais de construção utilizados pelas populações locais. A fixação da população na paisagem e a manifestação formal das edificações é, deste modo, profundamente influenciável pelo seu solo, como também pelas variações climáticas marcadas pelo Oceano Atlântico.

*O granito é a rocha dominante neste território, com alguns afloramentos xistosos, sendo o elemento básico na definição tanto da paisagem física original como da paisagem humanizada.*²²

A Serra D’Arga é, assim, caracterizada pela abundância de granito e por uma quantidade significativa de xisto. Isto posto, é evidente que *onde há pedra constrói-se em pedra*²³, sendo tanto o granito como o xisto os grandes recursos utilizados como principal elemento de construção até meados dos séc. XX²⁴. O uso dos materiais locais permite à população uma integração de formas em continuidade com a natureza, ou seja, uma interação harmónica com o lugar onde os povoados se fundem com a paisagem. Um saber consolidado ao longo do tempo que concede ao homem uma adaptação ao meio que lhe serve de existência.

O granito, para além do seu papel como suporte físico, possui também uma grande inércia térmica. Em contacto com um clima temperado, resulta num conforto térmico permanentemente favorável ao habitat humano.²⁵

Existem vários tipos de granito com propriedades e aplicações diversas. A pedra pode ser talhada e aparelhada de diversas formas, resultando em diferentes texturas e aspectos. No entanto, a pedra mantém-se sempre como um material dominante na caracterização da paisagem. *Predomina no norte o granito de grão grosseiro, que é facilmente desagregável pela erosão, mas a par deste existem outras*

*variedades de granito com o grão mais fino, utilizadas em cantarias*²⁶ *onde se exige um trabalho mais cuidado.*²⁷

É nesta pedra que se constroem os muros, as paredes *com poucos vãos e pequenos, pilares atarracados com enormes capitéis para distribuir cargas, lintéis*²⁸ *brutais*²⁹ e alguns motivos de decoração como cunhais³⁰ e beirais³¹. As casas que são edificadas em granito ganham, deste modo, um carácter maciço, pesado e espesso, *fazendo corpo a rocha viva de onde emergem*³².

A paisagem nortenha também se apresenta predominantemente arborizada. A madeira é, portanto, um material muito utilizado na construção. *Dialoga (aí) com aquela robustez pesada*³³ concebida pela pedra. *A madeira de castanho, de carvalho ou de pinho é utilizada na estrutura do telhado, na estrutura dos pisos, nos tectos e nos pavimentos.*³⁴ Uma vez que não possui a solidez construtiva do granito, (...) *serve em varandas, rótulas e alpendres, a alegria do rendilhado e da levez própria da origem vegetal tempera a rudeza do granito e do xisto.*³⁵

São as abundantes estruturas de granito, que graças à sua resistência e solidez, perduram até à actualidade. É através delas que é possível tomar conhecimento da técnica local na época da sua “génese”. Ainda hoje se mantêm inúmeros muros de parcelamento do território agrícola, das construções populares e eruditas que definem a ruralidade do Norte do país. A madeira, ao invés, não subsiste (com facilidade) ao passar do tempo. É um material mais suscetível à erosão e deterioração, adquirindo um carácter mais efémero.

22 TEIXEIRA, Manuel C. – *Arquitectura do granito: Arquitectura popular. Arcos de Valdevez: Município, 2014, p.16.*

23 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, p. 15.

24 *O granito foi o principal material de construção das casas populares do Minho até ao final da primeira metade do século XX.* In TEIXEIRA, Manuel C. – *Arquitectura do granito: Arquitectura popular. Arcos de Valdevez: Município, 2014, p.12.*

25 *Sente-se grande consolação quando se entra em casa com paredes grossas, que tanto defendem o interior da habitação dos grandes calores no estio, como tornam o ambiente caseiro mais aconchegado nos rigores do inverno.* In LINO, Raul – *Casas Portuguesas*. Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lisboa, 1992, p. 27.

26 Pedra talhada e facetada por medida, para desempenhar uma determinada função e lugar, no conjunto da obra em que se insere. In TEIXEIRA, Joaquim, *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento.

27 TEIXEIRA, Manuel C. – *Arquitectura do granito: Arquitectura popular. Arcos de Valdevez: Município, 2014, p. 64.*

28 Viga de pedra, madeira, ferro ou betão armado,

destinada a vencer vãos de portas ou janelas, apoiada nas respectivas ombreiras. In TEIXEIRA, Joaquim, *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento.

29 BARATA, Martins – *Arquitectura Popular Portuguesa*. Correios e Telecomunicações de Portugal, 1989, p.27.

30 Esquina; Ângulo formado pela interseção de duas paredes da fachadas do edificio.

31 Remate inferior de um telhado, normalmente formado por uma fiada de telha vã, podendo ser combinada com uma cimalha, fazendo saliência sobre as paredes das fachadas, para assim as proteger das águas da chuva. In TEIXEIRA, Joaquim, *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento.

32 GIRÃO, Amorim, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941. Apud. TEIXEIRA, Manuel C. – *Arquitectura do granito: Arquitectura popular. Arcos de Valdevez: Município, 2014, p.11.*

33 TEIXEIRA, Manuel C. – *Arquitectura do granito: Arquitectura popular. Arcos de Valdevez: Município, 2014, p.21.*

34 Idem, p.73.

35 Idem, p.45.

Do caminho principal, mal se vê a ruína.

Encontra-se numa encosta, camuflada na paisagem.

O que resistiu ao tempo está agora entregue ao natural.

A seu pé, um grande “quadrado” verde e um rochedo monumental.

Ao subir, nasce uma nova vista sobre o vale que acaba na linha do horizonte.



10 Ruína. Volume “principal”.



11 Ruína. Volume anexo.

A ruína é um fragmento de uma arquitectura do passado³⁶ que se fez presente - o que ficou da transformação, desactualização, degradação ou destruição de um edifício antigo. Compõe a última forma elementar construída que resiste ao confronto com o tempo. Em palavras de Aldo Rossi:

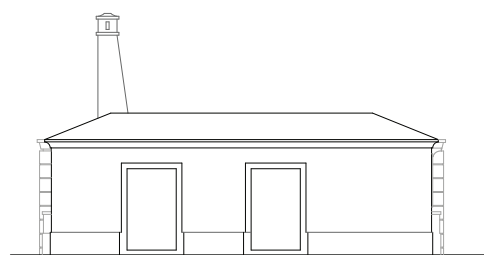
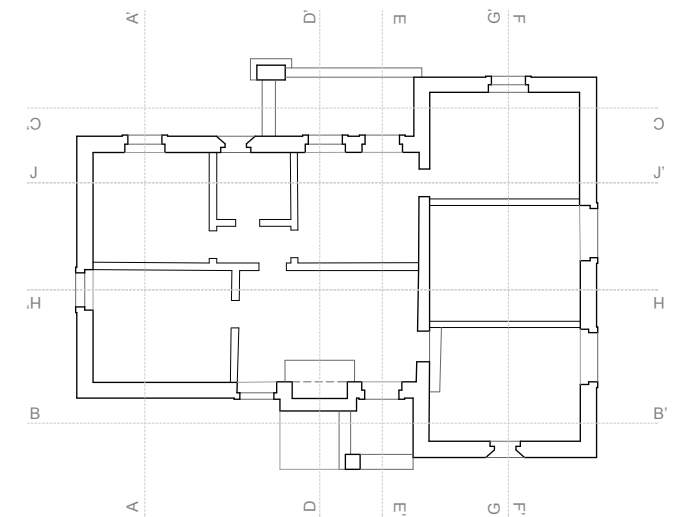
*I knew that architecture was made possible by the confrontation of a precise form with time and the elements, a confrontation which lasted until the form was destroyed in the process of this combat. Architecture was one of the ways that humanity had thought to survive; it was a way of expressing the fundamental search for happiness.*³⁷

Apresentamos a ruína encontrada, na sua circunstância actual.

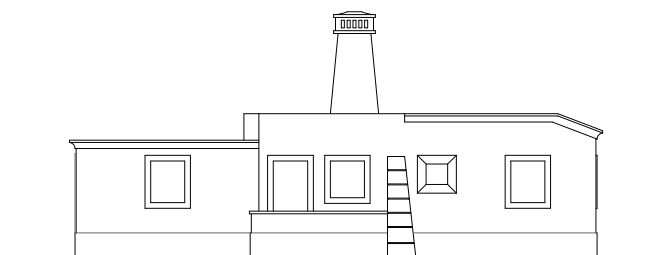
Dentro do maciço rochoso da Serra D’Arga, nas imediações da aldeia de S. João D’Arga existe uma construção isolada na ladeira. Do itinerário principal alcatroado, a caminho do Mosteiro de S. João D’Arga, inicia-se um pequeno trajecto em terra. A meia-encosta, no meio da mata agreste, surge a ruína. É composta por três volumes. Em primeiro lugar, destaca-se uma construção em granito com compartimentos no seu interior. Junto a esta construção “principal”, existe mais um volume construído em blocos de cimento. Na outra orla do trilho em terra, a uma cota mais alta, implanta-se um pequeno volume em granito agregado a um afloramento rochoso.

Da construção “principal”, só subsiste o granito. Apenas restam as paredes com as suas pontuais aberturas. A estrutura do tecto ruiu, e com ela a cobertura/telha. As carpintarias de madeira ou se encontram em péssimo estado ou simplesmente desapareceram. Ainda existem algumas telhas do beirado que permaneceram fixas às paredes de granito. As próprias paredes encontram-se descamadas, entre troços rebocados e outros onde expõe a pedra. Destaca-se a chaminé, que ainda se conserva erguida e sobressai de toda a construção. O volume construído em bloco de cimento ainda possui grande parte da cobertura intacta, o que indica, possivelmente, que teve uma construção tardia. Do volume que está a uma cota mais alta, só resistiram os muros de granito, havendo pouquíssimos vestígios da cobertura e da carpintaria.

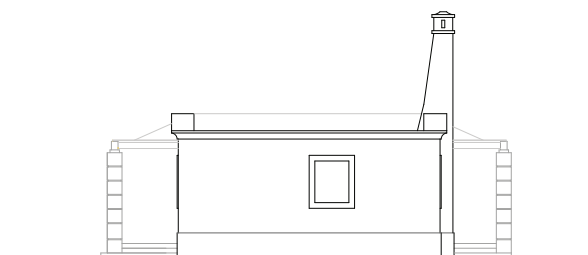
³⁶ TAVARES, Lino; ALARCÃO, Pedro – *Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*. Porto: FAUP publicações 2011, p. 7.
³⁷ ROSSI, Aldo – *A Scientific Autobiography*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1981, p. 2.



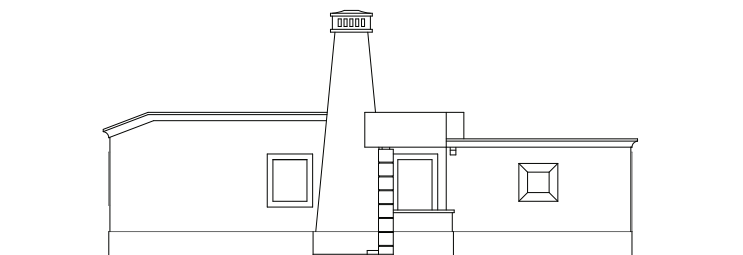
ALÇADO NORDESTE



ALÇADO NORDOESTE

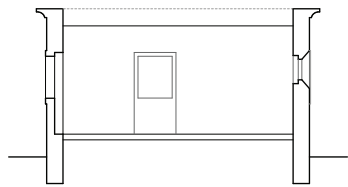


ALÇADO SUDOESTE

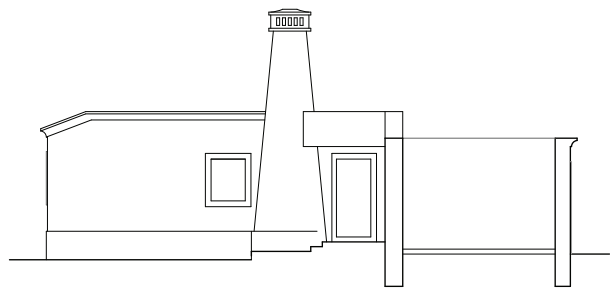


ALÇADO SUDESTE

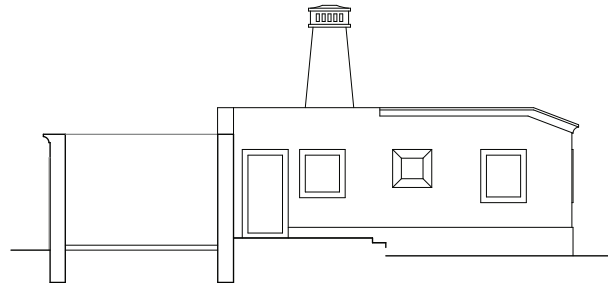




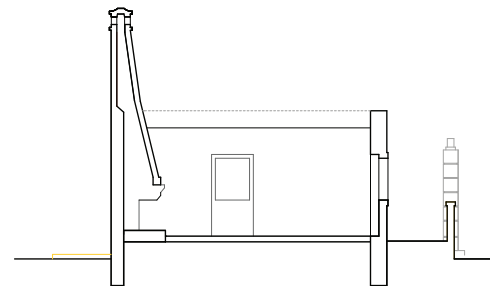
CORTE AA'



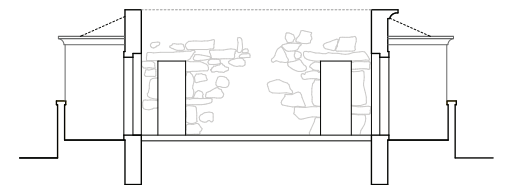
CORTE BB'



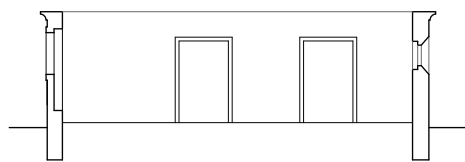
CORTE CC'



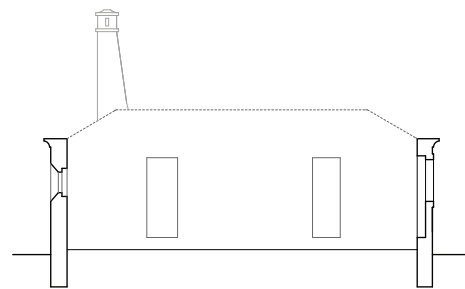
CORTE DD'



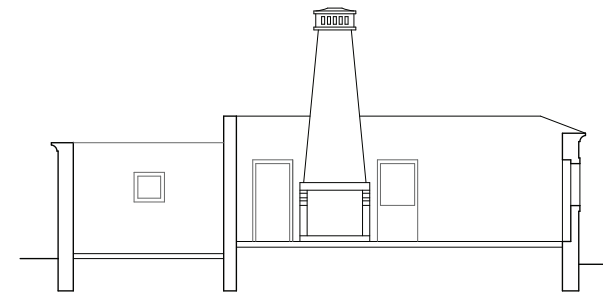
CORTE EE'



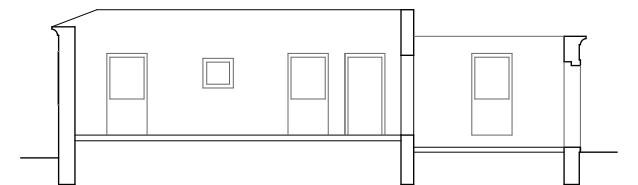
CORTE FF'



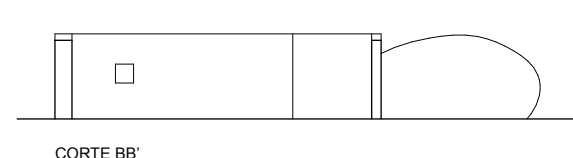
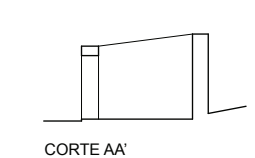
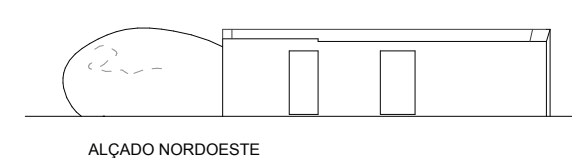
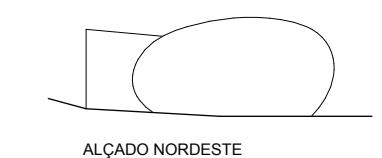
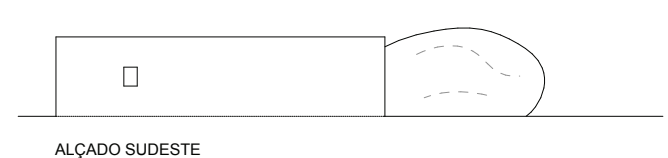
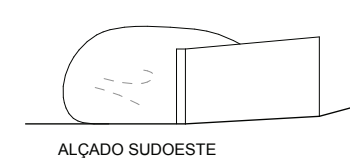
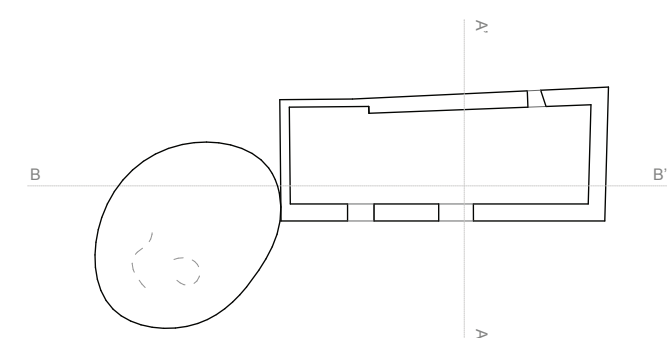
CORTE GG'



CORTE HH'



CORTE II'





12 Ruína vista desde o caminho de acesso.



13 "Interior".



14 Alçado nordeste.



15 Ruína. Volume anexo.



16 Conjunto inserido na paisagem.



17 Vista Interior. Lareira.



18 Vãos no granito.

Etimologicamente, a nossa palavra “ruína” vem directamente, e sem mudança, da palavra latina ruina, que quer dizer “queda”, “desmoronamento”, mas significa também “o que fica depois do desmoronamento”.³⁸

A resistência que o edifício oferece no combate ao tempo não o deixou sobreviver funcionalmente, mas sim como “blocos de rocha” entregues ao meio natural. O abandono marca a efemeridade da obra e a passagem do tempo por ela.

O seu interesse ficou desprovido de qualquer programa passando a ser contemplativo, manifestando-se o valor plástico e formal. Os soalhos já não existem, agora no chão encontram-se troços do que foi outrora a cobertura. Com o avançar do tempo, o interior passou a ser apropriado pelo meio natural e no lugar destinado ao “quarto”, cresceu uma árvore.

Álvaro Domingues, em prólogo da “Vida no Campo”, expõe uma situação similar (e recorrente) à encontrada.

Era é o pretérito imperfeito do indicativo do ver ser. Fora é o pretérito mais-que-perfeito de um tempo primordial em que o rural tinha sido um tempo fora do tempo. Era de facto uma casa de granito com inscrições na padieira e que já deve ter conhecido tempos de fartura e prosperidade. Entretanto, desde há muitos anos que já lá está uma vinha onde antes seria o soalho do primeiro piso ou os tectos em masseira de carvalho, uma vinha de interior.

(...)

Neste caso, o que para alguns seria a desgraça de uma ruína, é o encanto da própria ruína. O tem não é de hoje. Desde que (pelo menos) no Renascimento europeu se produziu e alimentou a estética dos despojos da Antiguidade, até ao Romantismo que lhe amplificou o sentido e a poética, a ruína conservou este valor de patine de museu e de aura de coisa sacralizada.

*Será difícil não sentir uma certa nostalgia, a mesma que é capaz de alimentar o interesse e o aumento do valor desta ruína.*³⁹

³⁸ ALARCÃO, Jorge – A colaboração de Arquitectos com Arqueólogos in TAVARES, Lino; ALARCÃO, Pedro – Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares. Porto: FAUP publicações 2011, p. 11.
³⁹ DOMINGUES, Álvaro – Vida no Campo. Edição Dafne Editora, Porto 2011, p. 6.

A paisagem.

Foi criada, imediatamente, uma empatia com a ruína. Não só pelo seu gesto pitoresco, mas também pelo meio natural onde se insere. Como não existe isolada, a ruína estabelece uma forte união com o lugar, o qual ganha tanta presença como o próprio objecto.

Implanta-se numa encosta camuflada na paisagem⁴⁰, entre muitos afloramentos graníticos onde as cores da Serra D’Arga e da ruína se fundem. *Nesta faixa atlântica da península são variados os climas e as formações geológicas, e a essa variedade natural junta-se a introduzida pela secular acção dos homens.*⁴¹ Actualmente, a paisagem não é composta exclusivamente pela natureza, mas também pela presença do Homem. A envolvente próxima ao objecto em estudo está desprovida de qualquer construção a grande escala. Destacam-se os trilhos pedestres e os muros de parcelamento agro-pastoril - movimento vernáculo da subsistência do homem na Serra.

40 “Paisagem” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção dos factores naturais e/ou humanos. Artigo 1.º da Convenção Europeia da Paisagem. Apud. MATOS, Ana Cardoso de - *Paisagem, Caminho-de-Ferro e Património* In CARDOSO, Isabel Lopes – “Paisagem e Património”. Dafne Editoria, Porto, 2013, p.129.
41 BARATA, Marins – *Arquitectura Popular Portuguesa*. Correios e Telecomunicações de Portugal. 1989, p.73.

Ao lado da ruína, impera uma enorme área de pasto “quadrangular” e verde. Um vazio que se abre no meio da mata. A cor forte e a vegetação limpa contrastam com a vegetação agreste e o cinzento dos rochedos graníticos. Está cercado por um muro tosco de pedra, de construção precária que serve de salvaguarda dos animais e/ou proteção de cultivos. Num sublime jogo de formas, ainda surge como vizinha do grande “quadrado” uma rocha monumental.

O caminho de terra que serve de acesso à ruína intersecta-se com mais um trilho de montanha – lajeado de granito. A sua pavimentação indica que teve uma utilização frequente no passado, pelo vinco que a própria rocha apresenta das rodas dos carros de bois. Supõe-se, então, que antes da construção das grande estradas e vias de comunicação, este poderia ser um dos vários percursos que interligavam as aldeias, pavimentados por grande blocos graníticos. Hoje em dia, fica apenas o testemunho dos antigos itinerários. Não é atribuído um uso tão habitual de circulação, permanece ainda assim o interesse para fins turísticos, despertado por trilhos pedestres.

Próxima da ruína, pelo estratégico sítio onde se implanta, a vista também ganha uma nova dimensão. O olhar abre-se sobre o vale, onde é possível percorrê-lo até ao mar.



19 Área de “pasto” e a rocha.





20 A ruína na paisagem. “Camuflagem”.



21 A ruína na paisagem. Acesso.



22 Da época. Em Montaria, Serra D'Arga.

42 ROSSI, Aldo – *A Scientific Autobiography*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1981, p. 20.

43 *Fragmento de uma arquitectura do passado, a ruína denuncia, simultaneamente, uma presença e uma ausência. A sua exigência de inteligibilidade é, antes de mais, um convite à reconstrução.* In TAVARES, Lino; ALARCÃO, Pedro - *Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*. Porto: FAUP publicações 2011, p. 7.

44 PALLASMAA, Juhani – “HABITAR” Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2016, p.8.

Para além do seu sentido físico, como capacidade sólida de permanência até ao presente, a ruína também transporta um significado simbólico. É imediata a evocação de um nostálgico passado, uma tentativa de interpretação de “como era”.

Esta evocação apenas se sucede como uma memória pois existe a impossibilidade de restabelecer este passado, como existiu no seu tempo. *Objects which are no longer usable become fixed in their last known gesture: in the analogical process, the abandoned houses virtually became subsumed as points of reference, conclusions of a hypothetical project that no longer would be possible for me to complete in any other away.*⁴²

O que sobrevive até aos dias de hoje carrega uma herança dos antecedentes, um acumular de significados da sua conservação. A ruína tem a capacidade de manifestar o passado na actualidade. Ela serve de transporte à memória e contém reminiscências da sua origem.

Emerge uma dupla linguagem, que denuncia, simultaneamente, uma presença e uma ausência⁴³. Por um lado, a ruína surge como a rememoração, uma existência do passado que se fez contemporânea. Por outro, manifesta a ruptura e ausência desse mesmo passado. *El tiempo también debe reducirse de escala hasta las dimensiones humanas y concretizarse como una duración continua. Las ciudades y los edificios antiguos son acogedores y estimulantes, puesto que nos ubican en el continuum del tiempo; se trata de amables museos del tiempo que registran, almacenan y muestran las huellas de un momento diferente a nuestro sentido del tiempo contemporáneo nervioso, apresurado y plano; proyectan un tiempo “lento”, “grueso” y “táctil”.*⁴⁴ Não é possível restituir a origem da ruína, mas sim tomar consciência da sua “distância temporal” – como uma ponte entre o presente e o espólio do passado.

Que passado viveu?

Era uma casa.

Foi a “Casa do Guarda Florestal”.

Construída na década de 50.

A casa do guarda florestal.



23 A família.



24 A família do guarda florestal, na casa de Santo Aginha.

A interpretação de uma ruína comporta várias momentos. O primeiro é o da sua identificação, respondendo à pergunta: o que foi o edifício? (...) Um segundo momento da interpretação corresponde à elaboração de uma imagem de como seria o edifício tal como ele se apresentaria aos seus contemporâneos.⁴⁵

A ruína foi, outrora, a casa do guarda florestal – “A casa de Santa Aginha, do guarda Pinto”⁴⁶.

Foi um modelo inserido numa política do Estado Novo⁴⁷, implantado na década de 50. Compõe, deste modo, uma circunstância exclusiva que caracteriza alguns exemplares de arquitectura, (...) cuja sobrevivência possibilita a fixação e transmissão das memórias colectivas e identidades de um grupo social. Uma das mais significativas qualidades destes objectos patrimoniais é precisamente o seu carácter de documento, enquanto fonte de informação histórica, testemunho de dados artísticos, técnicos e culturais.⁴⁸ A ruína dá luzes da ocupação de um “novo” estrato social – o guarda florestal - presente na memória colectiva da população.

Retomando a génese da edificação, o volume principal corresponderia à habitação do guarda florestal e escritório de serviços florestais. Os dois volumes complementares, não incluídos na demanda do Estado Novo, corresponderiam a construções feitas pelos próprios habitantes – anexos, de construção, possivelmente, tardia à da casa. Um deles, junto ao volume “principal” adapta-se a uma garagem e o outro, mais pequeno, em granito, corresponderia ou a um armazém ou ao abrigo de animais.

45 ALARCÃO, Jorge – *A colaboração de Arquitectos com Arqueólogos* in TAVARES, Lino; ALARCÃO, Pedro - *Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*. Porto: FAUP publicações, 2011, p. 11.
46 Nome pelo qual é popularmente conhecida a “casa”, que pertencia ao Guarda Florestal Pinto. Santo Aginha é a identidade religiosa padroeira da aldeia de S. João D'Arga, que também dá nome ao lugar.
47 O Estado Novo corresponde ao regime político autoritário, autocrata e corporativista que esteve em vigor em Portugal desde a aprovação da Constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974, a cargo de António Oliveira Salazar, num largo período de tempo.
48 TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto, FAUP publicações, 2002, p.15.

A casa do guarda florestal.

A floresta e os recursos naturais sempre foram uma preocupação a nível nacional, desde a estabilização das fronteiras geográficas de Portugal. Em meados do século XX, aquando da política salazarista houve um forte “investimento” na organização, gestão e planeamento florestal e agrícola ao longo do todo o país. Em 1938, surge o Plano de Povoamento Florestal levado a cabo pelo Ministério da Agricultura do Estado Novo⁴⁹ e a seu par, foram construídas inúmeras “casas de guarda florestal”, as quais eram destinadas para servir de habitações aos guardas florestais, com missão de controlo e proteção dos recursos florestais plantados. No Diário do Governo de 1938, estão listadas para construção aproximadamente 1000 exemplares, todos eles com um projecto de arquitectura muito idêntico.

A reflorestação comandada pelo Estado tomou parte dos baldios serranos.⁵⁰ Estes desempenharam um papel importante para o desenvolvimento e subsistência das comunidades rurais, enquanto “*logradouros do povo*”, isto é, *toda a área inculta fruída em comum pelas populações*⁵¹.

A dependência das populações aos baldios como áreas de pasto para o gado (e, consequentemente, fonte económica) foi condenada por interferência política em meados do século XX. Uma grande percentagem de terrenos baldios foi expropriada pelos serviços florestais para áreas de florestação/arborização. A necessidade de proteção das árvores recém colocadas e as limitações nos espaços de pasto resultam num grande declínio do pastoreio.⁵²

Para além da construção das casas do guarda florestal que pontuam a maior parte das florestas/matias nacionais, também foram abertos “estradões”. Estes tinham como principal objectivo garantir o acesso a locais que, até então, eram inalcançáveis, permitindo assim a criação de postos de vigia e controlo. A intervenção estatal alterou a distância entre lugares, causando o abandono de grande parte de antigas vias, introduzindo uma nova hierarquia no território. É o caso do caminho lajeado, que actualmente serve um fim exclusivamente turístico. *Com a instalação de uma nova tecnologia de rede* (“estradões”) *ou de equipamentos* (como as casas do guarda florestal), *a paisagem é transformada de forma significativa*.⁵³ A implantação das construções era estratégica, preferencialmente em sítios isolados, nas imediações de comunidades/aldeias e junto a zonas florestais. Esta atitude deu origem a uma nova imagem na paisagem - *uma vez realizada a obra, ela passa a fazer parte da paisagem ou do território construído. O grande protagonista do território construído, ou dessa arquitectura do território, é a obra pública*.⁵⁴



25 Da época. Matança do porco, na casa de Santo Aginha.

49 Ministério da Agricultura, Lei N.º 1:971: A arborização dos baldios situados ao norte do Tejo e construção de caminhos florestais, casas, postos de vigia, montagem de rede telefónica, obras de correção torrencial e outras inerentes ao povoamento florestal serão executadas em conformidade com a ordenação geral ou plano constante do mapa anexo nº7, a partir da data que o Governo fixar. No quadro, estão previstas construções (faseadas) entre 1939 a 1968. In Diário do Governo, Quarta-feira, 15 de Junho de 1938. I Série – Número 136.

50 Os Serviços Florestais, organizados em 1886, adoptam uma política de plantação, que culminará com a realização do Plano de Povoamento Florestal de 1938. A plantação de pinheiros nos baldios serranos, subtraídos assim à utilização tradicional pelas ladeiras, efectua-se numa atmosfera conflituosa, sobretudo a partir de 1950. Em 1970, sendo o Plano dado como acabado, foram efectivamente arborizados cerca de 300 000ha, que passam a ser geridos pelos Serviços Florestais, mais em proveito do Estado que das colectividades locais. Estas beneficiaram só indirectamente da obra, através dos salários pagos pelos trabalhos de plantação e dos caminhos abertos, mas à custa da perda dos diversos recurso tradicionais proporcionados pelos baldios desarborizados. In ESTÊVÃO, J. A. - A floresta dos baldios, *Análise Social*, 77-79. Lisboa, 1983, pp. 1157-1260. Apud. RIBEIRO, Orlando; LAUT-ENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal, Volume IV A vida Económica e Social*. Edições João Sá da Costa, Lisboa 1991, p. 1079.

51 MEDEIROS, Isabel – *Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda, Estudos de Geografia Humana e Regional*. C11, Centro de Estudos Geográficos de Universidade de Lisboa, 1984. Apud. BARROS, Fernando Cerqueira – *Construção do Território e Arquitectura na Serra da Peneda*. Município de Arcos de Valdevez, 2013, p.163.

52 Ibidem.

53 Como refere David Nye, *Technologies are Always involved in the creation of a landscape. On one level, this is obvious enough, as forestry, agriculture, road-building, or river navigation invoves some transformation of physical space to serve human requirements*. In DAVID, E. Nye - *Narrative and spaces. Tecnology and the Construction of American Culture*. New York, Columbia University Press, 1998, p.4. Apud. MATOS, Ana Cardoso de - *Paisagem, Caminho-de-Ferro e Património* In CARDOSO, Isabel Lopes – *Paisagem e Património*, Dafne Editoria, Porto, 2013, p.129.

54 CARDOSO, Isabel Lopes – *Paisagem e Património*, Dafne Editoria, Porto, 2013, p.129.



DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO—\$60

ASSINATURAS			O preço dos annuncios (pagamento adiantado): de 2850 a linha, acrescido do respectivo im- posto do selo. Os annuncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10113, de 24-ix-1924, têm 40 por cento de abatimento.
Toda a correspondência, quer official, quer rela- tiva a annuncios e a assinatura do <i>Diário do Govêrno</i> , deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações litterárias de que se re- cebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.	As 3 séries	Ano 240\$	
A 1.ª série	90\$	Semestre	
A 2.ª série	80\$	"	
A 3.ª série	60\$	"	

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originaes destinados ao «Diário do Govêrno» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Ministério da Educação Nacional:

Decreto n.º 28:762 — Abre um crédito destinado ao pagamento das despesas de ajudas de custo do representante de Portugal no Congresso Internacional do Ensino Técnico a realizar a Berlim.

Ministério da Agricultura:

Lei n.º 1:971 — Estabelece as bases do povoamento florestal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 28:762

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 5.250\$, destinado ao pagamento das despesas de ajudas de custo do representante de Portugal no Congresso Internacional do Ensino Técnico a realizar em Berlim, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 1) do artigo 625.º do capítulo 5.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 5.250\$ na alínea a) do n.º 2) do artigo 635.º do capítulo 5.º do orçamento do Ministério da Educação Nacional para 1938.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como pre-

ceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno, da República, 15 de Junho de 1938. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Lei n.º 1:971

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Lei do povoamento florestal

BASE I

Os terrenos baldios, definitivamente reconhecidos pelos serviços do Ministério da Agricultura como mais próprios para a cultura florestal do que para qualquer outra, serão arborizados pelos corpos administrativos ou pelo Estado segundo planos gerais e projectos devidamente aprovados nos termos destas bases.

A arborização dos baldios situados ao norte do Tejo e a construção de caminhos florestais, casas, postos de vigia, montagem de rede telefónica, obras de correcção torrencial e outras inerentes ao povoamento florestal serão executadas em conformidade com a ordenação geral ou plano constante do mapa anexo n.º 7, a partir da data que o Govêrno fixar.

O revestimento florestal dos areais da costa marítima e respectivas construções continuarão a ser executados pelo Estado segundo o plano constante do mapa n.º 3, devendo estar concluídos no prazo de cinco anos.

BASE II

A arborização dos baldios, ao sul do Tejo e nas ilhas adjacentes, bem como as respectivas construções e obras serão objecto de planos complementares a executar, segundo as regras estabelecidas nestas bases, logo que as circunstâncias o aconselhem e o Govêrno o julgue conveniente.

Os referidos planos serão submetidos ao parecer da Câmara Corporativa.

BASE III

No prazo de um ano, a contar da respectiva notificação, os corpos administrativos são obrigados a pro-

As entidades referidas deverão indicar, com o pedido, a situação e área do terreno, linhas de água próprias ou mais próximas e o prazo em que se propõem começar os trabalhos.

BASE XV

A Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência poderá conceder empréstimos aos corpos administrativos e aos particulares para arborização, em terrenos reconhecidos pelos serviços como próprios para a cultura florestal, pelo prazo de trinta anos, prorrogável até à sua normal exploração e nas demais condições que vierem a ser estabelecidas pelo Govêrno.

Nos casos de concessão de empréstimos, os corpos administrativos e os particulares deverão proceder, na execução dos trabalhos e na exploração das matas, em conformidade com os projectos elaborados pela Direcção Geral dos Serviços Florestais.

BASE XVI

Na elaboração dos projectos definitivos, para os efeitos da base IV, serão tomadas em consideração as necessidades nacionais de alimentação e vestuário, especialmente as dos povos dos concelhos ou freguesias a

que pertencerem os baldios a arborizar; bem como as conveniências da defesa nacional, das obras hidro-eléctricas ou hidro-agrícolas, de correcção torrencial e de povoamento florestal de terrenos de impossível cultura ou produção insignificante, e das pastagens espontâneas e possibilidades de colonização interna derivadas da existência e desenvolvimento da indústria de lacticínios.

BASE XVII

Os projectos definitivos serão elaborados pelos serviços florestais, tendo em atenção os planos de estradas e de instalações telefónicas dos serviços competentes. Os trabalhos de arborização exigidos pelos aproveitamentos hidro-agrícolas ou pelos serviços hidráulicos e eléctricos serão executados em conformidade com os respectivos projectos. Os trabalhos de arborização e acessórios que interessem especialmente à defesa nacional serão efectuados segundo as indicações do Ministério da Guerra.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Govêrno da República, 15 de Junho de 1938. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MAPA N.º 7

SERRAS (baldios ao norte do Tejo)

Plano de arborização por quinquênios — 1939 a 1968

	1.º periodo	2.º periodo	3.º periodo	4.º periodo	5.º periodo	6.º periodo	Totais
Pessoal técnico dos quadros:							
Administradores	15	13	—	—	—	—	28
Mestres	15	25	35	45	—	—	120
Guardas	150	210	240	277	—	—	877
Construções e obras novas:							
Edifícios:							
Sedes de administração	11	10	—	—	—	—	21
Casas de guarda	165	235	275	265	—	—	940
Postos de vigia	—	10	15	25	35	55	140
Caminhos florestais	800	600	500	380	135	—	2.415
Prédios rústicos:							
Viveiros	60	40	25	—	—	—	125
Plantações	5.000 ha.	9.000 ha.	14.500 ha.	19.750 ha.	25.000 ha.	31.750 ha.	105.000 ha.
Sementiças	15.000 ha.	27.000 ha.	43.500 ha.	59.250 ha.	75.000 ha.	95.250 ha.	315.000 ha.
Pastagens	2.900 ha.	5.800 ha.	8.650 ha.	11.000 ha.	14.500 ha.	17.350 ha.	60.200 ha.
Reservas	1.600 ha.	3.200 ha.	4.800 ha.	6.400 ha.	7.900 ha.	9.600 ha.	33.500 ha.
Instalações telefónicas:							
Rêde telefónica	932 km.	1.275 km.	1.450 km.	1.450 km.	318 km.	325 km.	5.800 km.
Telefones	176	255	290	290	35	55	1.101
Aquisições de utilização permanente:							
Animais:							
Bois	30	56	56	56	56	56	—
Solípedes	15	13	15	13	15	13	—
Veículos com motor	15	13	15	13	15	13	—
Veículos sem motor	15	13	15	13	15	13	—
De móveis:							
Mobiliário	176	255	290	290	35	55	1.101
Utensílios	237	245	512	510	512	510	—
Material de defesa e segurança pública:							
Armamento e equipamento	180	248	275	322	180	248	—

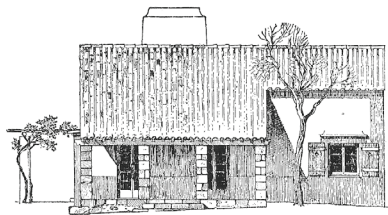
Ministério da Agricultura, 15 de Junho de 1938.—O Ministro da Agricultura, *Rafael da Silva Neves Duque*.

Uma vez que a “casa do guarda florestal” surge de uma demanda do Estado Novo, revela um carácter arquitectónico específico e peculiar, características elucidadas pelo contexto histórico-cultural em que se enquadra.

A arquitectura portuguesa desempenhou um papel importante e significativo ao longo do século XX, no quadro da sociedade nacional, nela participando activamente e ajudando a caracterizar o país no seu processo de afirmação, de crescente urbanização e de procurada modernização.⁵⁵

As primeiras décadas do século XX registaram um capítulo significativo na história de Portugal. Em Maio de 1926, houve uma revolução militar que dissolveu a Primeira República Portuguesa. Foi implantada uma Ditadura Militar e extintos todos os partidos políticos e instituições democráticas. Uns anos mais tarde, em 1933, esta revolução teve desenlace num novo regime, intitulado Estado Novo, a cargo de António Oliveira Salazar. O século XX ficou registado por este período autoritário, que desenvolveu um novo processo político, económico, social e cultural, com grandes influências no contexto arquitectónico do país.

A principal prioridade do regime salazarista era a reorganização e reestruturação do território português (igualmente obtinha um amplo domínio e controlo sobre a população). A nova propaganda ideológica prezava a família e a propriedade - factor de conservação da ordem social, moral e política.



28 Casa de Férias. Casas Portuguesas. Raul Lino.

55 FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Architecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 9.
56 “A “Casa Portuguesa” foi um movimento cultural de fundo nacionalista que teve razão ou pretexto próximo na reacção ultimista de 1890. Cerca de 1900 estava no seu apogeu, visível nas pesquisas etnográficas e antropologias que firmavam terreno para a arquitectura.” In FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Architecturas do Estado Novo*, Lisboa: IPPAR, 2003, p. 40.
57 Raul Lino da Silva (1879 – 1974), conhecido como Raul Lino foi um arquitecto português. Figura incontornável e de alcance europeu, marcou o início do século XX com o tema da arquitectura doméstica e da articulação da tradição portuguesa com as correntes modernas. Provavelmente, o arquitecto portu-

No contexto arquitectónico de Portugal, questionava-se sobre “em que estilo construir” e sobre a procura de uma arquitectura portuguesa. A discussão destes polémicos temas já remontava à viragem do século XIX para o século XX, seguida do movimento da “Casa Portuguesa”⁵⁶ – que, por fim, foi a expressão arquitectónica que vigorou como representação da nação durante o regime ditatorial.

O ideário da “Casa Portuguesa” cresceu e resultou numa arquitectura com uma abordagem conservadora e tradicionalista. A partir de 1933, o principal actor deste movimento é o arquitecto Raul Lino⁵⁷, mas muitos outros arquitectos vão sendo progressivamente incluídos (alguns por imposição por parte do regime autoritário⁵⁸)⁵⁹.

Raul Lino pugnou, tanto na prática como na teórica, pela definição de um tipo de arquitectura de cariz português, baseado num sistema de formas de reportório tradicional, com impressão nacionalista.⁶⁰

Definiu nessas “Casas Portuguesas”⁶¹ meia-dúzia de princípios (de algum modo contrários aos que, na mesma época e em intenção inovadora Le Corbusier⁶² ideava), como antimodernista e conservador que era: atenção à proporção e disposição geral, na planta como nos alçados; paredes de caiação, branca e em cor, nos vãos moldurados; cobertura em telha sanqueada com a graciosa curva tradicional e beiral; utilização de alpendre; revestimento azulejar.

*Estes temas (...) foram uma base importante para o firmar da futura arquitectura de feição regional-tradicional do Estado Novo – quer Lino o pretendesse em consciência ou não.*⁶³

guês mais requisitado pelas elites portuguesa nessa época. O próprio Raul Lino alertava que algumas princípios da “casa portuguesa” eram “antimodernistas e conservadores” In Idem, p. 44.
58 (...) não podemos igualmente insistir na importância da atitude oficial. Pois que esta atitude expressa em programas, encomendas e imposições sistemáticas, favorecia obviamente uma “resposta” por parte dos autores, que implicava uma revisão, adulteração ou transfiguração das linguagens modernistas, acrescentando-lhes signos revivalista ou regionalistas. In Idem, p. 23.
59 Tendo tido até aí uma relação ambígua com o regime, Raul Lino - que, desde 1933, tinha tornado clara a sua discordância relativamente ao movimento moderno - transforma-se então numa das referências centrais da arquitectura oficial, com uma importante

acção de «policimento do gosto», dirigida em particular contra a arquitectura moderna e os seus valores. In LEAL, João - *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, 200.
60 FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Architecturas do Estado Novo*, Lisboa: IPPAR, 2003, p. 42.
61 Publicação teórica escrita por Raul Lino. Publicada em 1933, ano em que se fundou o Regime denominado Estado Novo.
62 Le Corbusier (1887 -1965) foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês em 1930. É considerado um dos mais importantes arquitectos do século XX, protagonista da “era” moderna.
63 Idem, p. 44.

O enquadramento histórico.

Foi criada uma nova rede de obras públicas, implementada pelo Ministério de Obras Públicas e Comunicações, a comando do Ministro Duarte Pacheco⁶⁴. Conceberam organismos específicos para cada actividade pública edificadora: a um nível de distribuição mais local (regional), para dispensários, para correios e telefones, para construções escolares e para serviços florestais; e numa escala (em termos gerais) mais distrital para obras militares e prisionais, para os “bairros sociais”, hospitais, palácios de justiça e para o banco estatal (Caixa Geral de Depósitos).⁶⁵

*A metodologia de intervenção proposta por Duarte Pacheco, para o funcionamento dos organismos, assenta nos critérios da ciência moderna, isto é, “prever e controlar” o processo através da “redução da [sua] complexidade”, o que implica “dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou”. (...) Assim, a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN) cria os diferentes organismos com uma equipa multidisciplinar, composta por um engenheiro da direcção, que normalmente geria o organismo, um ou mais elementos ligados ao ministério-cliente, que permitia estabelecer um diálogo ao nível das exigências programáticas e um arquitecto, que trabalharia na concepção dos projectos.*⁶⁶

A política de Obras Públicas, desenvolvida sobre a orientação do ministro Duarte Pacheco até 1943, foi um instrumento essencial na definição de tipologias formais e estilísticas, inseridas numa visão tradicional e conversadora, de expressão ora monumentalista, ora histórica ora regionalista.

Na década de 30, ainda se utilizou uma *gramática modernista ou modernizante*⁶⁷, sendo incluídas experiências de linguagem moderna, apesar do entendimento das circunstâncias.

É na data-chave de 1940⁶⁸ que o plano geral de arquitectura toma uma orientação predominantemente retrógrada no que toca à linguagem do espaço e das formas.⁶⁹ A Exposição do Mundo Português⁷⁰, decorrente no mesmo, catalisou um período de transição ou até mesmo uma “interrupção” (da modernidade).⁷¹

A partir da quarta década, nasce um quadro político assumidamente nacionalista. *Do ponto de vista da cultura estética, o forte peso da sociedade tradicional, acentuado pelo papel ideológico activo do “Estado Novo”, fez ressurgir com vigor os formalismos tradicionalistas e historicistas, a defesa renovada do ideário da “Casa Portuguesa”, a arte nacionalista.*⁷² Esta foi aceite por muitos autores, que adoptam uma atitude revivalista, apadrinhada pelo Estado que se tipifica em modelos formais, associada a funções concretas oficiais, depressa imitadas pelo prédio de rendimento corrente e pela obra privada.⁷³ A arquitectura passa a ser a arte que melhor representa o poder construtor do país, enfatizando assim o papel dos arquitectos e engenheiros na celebração nacionalista do regime.

Se, no início do século o Estado tentou passar uma imagem de modernidade, numa segunda fase essas intenções alteraram-se. Há um regresso a respeito do plano estético da arquitectura. Já não existiam grandes dúvidas por parte do regime, que vai determinar e impor uma arquitectura largamente apoiada no movimento da “casa portuguesa”, ou seja, uma negação ao movimento moderno.⁷⁴

64 Ministro das Obras Públicas e Comunicações no período entre 1932 a 1943. Dinamizador e construtor, permitiu organizar uma rede de equipamento público por todo o país.

65 FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Architecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p, 64.

66 MONIZ, Gonçalo Canto - *Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30*. DC Papeles, 13-14, Barcelona, Departament de Composició Arquitectónica UPC, Outubro 2005, pp.68-79. Disponível em https://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/2365/1/68_79_canto_moniz.pdf

67 FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Architecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p.64.

68 No plano internacional, a data é menos significativa, sendo preferível considerar o “tempo de guerra”, como uma mais abrangente transição (1939-1945).

69 Ibidem.

70 Foi uma exposição realizada em Lisboa em 1940, que surge no período de consolidação do

Estado Novo. Teve como objetivo a comemoração da Fundação do Estado Português (1140) e a Restauração da Independência (1640).

71 Idem, p, 17.

72 Idem, p.28.

73 É especialmente em obras de pequena escala que reaparece o ânimo pela arte nacional, pela “Casa Portuguesa”. *Nas obras do pequeno equipamento regional multiplicam-se os temas da “casa portuguesa”, ou do “estilo tradicional”, com o seu cortejo de beirais, arcos, grelhas cerâmicas, ferros forjados e canteirinhos: são os edifícios dos correios, ou as escolas primárias do plano “dos Centenários”, ou ainda as pousadas, depressa influenciadoras da moradia unifamiliar de subúrbio, ou das casinhas geminadas dos bairros sociais, que as classes médias e pequeno-burguesas crescentes vão absorver.* In Idem, p. 34.

74 *A partir daí(...)define-se claramente o propósito de uma arquitectura de regime, cristalizada em torno de modelos que reservam à casa portuguesa um importante papel.* In LEAL, João - *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa, 2000.

Portugal, no período salazarista, foi condenado a um discurso e intenções com alguma controvérsia. A população estava enraizada em questões tradicionalistas e o sonho de Salazar em criar uma “arquitectura do regime” (que enaltecesse o que era nacional) nunca se chega a cumprir.⁷⁵ Convém não desprezar que o regime primava pela “ignorância” do povo, desprezando a evolução, a todos os níveis, do que se via além-fronteiras.

A “arquitectura do Estado Novo” estava reduzida a elementos arquitectónicos de cariz conservador como beirais, arcos, canteiros, entre outros e a transmitir, assim, os princípios tão enaltificados pelo Regime.

*A casa arquetípica do gosto “Estado Novo” terá sempre uma ampla cobertura em telha (vidrada nos casos mais luxuosos) com beiral, se possível rematado por “pombinhas” cerâmicas nas suas extremidades; as fachadas, pintadas de branco ou cores claras (sugerindo a caiação), incorporarão a utilização de pedra no soco e nas molduras dos vãos, nestes por vezes com estilização classicizante; incluirá portadas de madeira, pintada de verde, na protecção dos vãos. Apresentará ainda, se possível, um alpendre coberto, ou avarandados com coberturas em telha justapostas ao corpo principal; e algum trabalho em azulejos ou cerâmica com motivos tradicionais, e peças em ferro forjado, como floreiras, cata-ventos e portões. É a “Casa Portuguesa” que regressa em forma!*⁷⁶

Do mesmo ponto de vista, as famílias também deviam viver sobre essas mesmas convicções, ligadas à terra, à família e à tradição.

*A agricultura e a família camponesa constituíam um dos pilares fundamentais da trilogia Deus, Pátria e Família dos agricultores pobres mas honestos, felizes, respeitadores e tementes a Deus. Na janela, uma vista do castelo de Guimarães, na cómoda, o crucifixo; a fada do lar dentro da própria lareira as voltas com os potes, o filho vestido com a farda da Mocidade Portuguesa, a filha a treinar para doméstica com os seus brinquedos, a mesa posta e o chefe de família a entrar de sachola as costas e a prepara-se para o terço e para o descanso do guerreiro. Que paz e felicidade na simplicidade dos rústicos.*⁷⁷



29 Imagem de propaganda política aquando do Estado Novo. 1938. Legendada como “Kitchnet” por Álvaro Domingues, em *Vida no Campo*.

75 ALMEIDA, Pedro Vieira de - *A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
76 FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 168.
77 DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo* Edição Dafne Editora, Porto 2011, p. 123.

O enquadramento histórico.

Numa esfera paralela, em 1947, é publicado um ensaio escrito pelo Arq. Fernando Távora⁷⁸ com o título “O Problema da Casa Problema”. Este, é apresentado com uma breve nota introdutória que afirma que o país está em constante edificação, mas *fica-se cheio de dor ao verificar que essa enorme actividade construtiva tem resultado falseada na sua expressão arquitectónica*⁷⁹. Fernando Távora era consciente do estado onde se encontrava a arquitectura no período de transição do séc. XIX para o séc. XX e procura soluções e futuros caminhos para a Arquitectura Portuguesa – a qual, assim como em toda a Europa, estava a perder o seu carácter.

Távora afirma que há uma tentativa para tentar reduzir a crise que se atravessava, no entanto, as respostas para a mesma tinham que ser investigadas no passado, na *História*⁸⁰. Aponta um problema específico, o *Movimento da Casa à Antiga Portuguesa*⁸¹, o qual encontra como uma resposta falhada - uma falsa arquitectura, uma mentira, um estilo pitoresco, fixo e epidérmico que contaminava familiarmente o discurso arquitectónico. *Uma grave doença era tratada por meio de uma doença ainda mais grave e da louvável intenção dos reformadores nasceu uma triste realidade*⁸², um novo estilo que dificultou o desenvolvimento da “nossa” arquitectura.

Foi criada a ideia de que a nossa arquitectura “tradicional” era caracterizada por uma série de motivos decorativos, pormenores, cuja aplicação seria necessário para produzir “casas portuguesas”. Aponta que não se soube colher da *História* o fruto, cometendo um mau uso do passado.

Aos olhos de Fernando Távora, *Qualquer estilo nasce do Povo e da Terra com a expontaneidade e vida de uma flor, e Povo e Terra encontram-se presentes no estilo que criaram com aquela ingenuidade e aquela inconsciência que caracterizam todos os actos verdadeiramente sentidos, sejam eles de um homem ou de uma comunidade, de uma vida ou de muitas gerações*.⁸³ Uma perspectiva ausente à luz do movimento da *Casa à Antiga Portuguesa*, que mais tarde vai ser explorada no Inquérito à Arquitectura Portuguesa.

O estudo objectivo e sistemático da Arquitectura Popular Portuguesa estava efectivamente por fazer. Foi elaborado a partir um registo extensivo, iniciado em 1955, das formas de habitar e construir em meios rurais e pequenos povoados de todo o país.⁸⁴ Tinha como principal finalidade *contribuir para salvaguardar o que merece ser mantido*⁸⁵ e tomar consciência *de um património que encerra ainda preciosas lições: povoados e edifícios singelos, coerentes e harmoniosos, que, na maior parte dos casos, estão sendo remodelados para pior, sem critério nem vantagem*⁸⁶.

Surge pela vontade de uma nova procura da realidade portuguesa, de compreender a génese arquitectónica. Para a equipa responsável, da qual, entre outros⁸⁷, Fernando Távora é integrante na secção do Minho, é a casa popular *que vai fornecer lições quando for devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e menos fantasiosa*⁸⁸.

O claro funcionamento dos edifícios rurais e a sua estreita correlação com os factores geográficos, o clima, como as condições económicas e sociais, expressos simplesmente, directamente, sem interposições nem preocupações estilísticas a perturbar a consciência clara e directa dessas relações, ou a sua forte intuição, iluminam certos fenómenos basilares da Arquitectura, por vezes difíceis de apreender nos edifícios eruditos, mas que logo ali se descortinam, se já estivermos preparados para os compreender e apreciar.⁸⁹

O resultado foi registado num livro de referência, publicado em 1961, e constitui um legado único de património em grande parte transfigurado ou destruído, nos dias de hoje.



30 Da época. Espigueiro. Serra D’Arga.

78 Fernando Távora (1923-2005) foi um arquitecto português formado na Escola Superior de Belas Artes do Porto. Figura fundamental no plano da Arquitectura Portuguesa do séc. XX.

79 TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa : Manuel João Leal, 1947 (Cadernos de Arquitectura; 1), p.3.

80 (...) *a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão*. In Idem, p.7.

81 Idem, p. 6. Em nota de rodapé, *Cremos que não é necessário definir o que entendemos por Casa à Antiga Portuguesa pois, infelizmente, qualquer dos leitores liga a estas palavras um tipo de casa, com certas características próprias, certo amaneiramento e doçura de formas, grande quantidade de pormenores inúteis de que resulta um excesso pitoresco, uma completa ausência de dignidade e nenhuma não das realidades do nosso mundo*.

82 Ibidem.

83 Idem, p. 7.

84 *A obra retrata as condições de vida e habitar nesses anos que antecedem a grande vaga de emigração para*

os países europeus em reconstrução no pós-guerra, embora o processo de selecção das formas construídas tenha suavizado a pobreza que então grassava nesses lugares. In RAPOSO, Isabel, *A Urbanização da Paisagem Rural e o Papel das Casas do Emigrante* In CARDOSO, Isabel Lopes – *Paisagem e Património*, Dafne Editoria, Porto, 2013, p. 174, 175.

85 Sindicato Nacional dos Arquitectos – “Arquitectura Popular em Portugal, Volume I”. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, p.8.

86 Ibidem.

87 Na zona 1, correspondente ao Minho, os integrantes da equipa foram Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres.

88 A casa popular está intimamente relacionada com um sistema construtivo tradicional, traduzindo uma arquitectura espontânea e anónima. Representa uma resposta empírica e intuitiva de recorrem a materiais do lugar, respondendo às necessidades básicas dos seus habitantes.

89 TÁVORA, Fernando. “O Problema da Casa Portuguesa” Lisboa : Manuel João Leal, 1947 (Cadernos de Arquitectura; 1), p. 11.



32 Da época. Uma das “casa do guarda florestal” em construção, na Serra D'Arga.

No que toca à implantação, estas casas devem *situar-se junto das entradas e saídas das Matas para controlar o movimento da sua exploração; na orla dos Perímetros, interpondo-se de preferência do lado das povoações; no interior, em zona abrigadas, mas com bastante visibilidade; em locais próximos dos grandes viveiros florestais, etc.*⁹². Ainda a tomar em atenção uma proximidade com possíveis nascentes ou abastecimentos de água e uma porção de terreno cultivável a ser distribuídos aos funcionários. Em relação à exposição solar, a este projecto-tipo corresponde uma orientação ideal onde *o alçado principal, francamente virado a sudeste, isto é, com o cunhal das arrecadações do guarda, exposto a norte*, havendo sempre uma margem de amplitude de implantação (tendo sido as arrecadações voltadas à amplitude norte). Como cada circunstância de localização é específica, para que haja um melhor “arranjo” local, também é possível recorrer à construção simétrica da hipótese projectada.

Esta última situação específica acontece na casa de S. João d’Arga, a sua construção foi simétrica aos desenhos projectados pelo gabinete estatal. Atendendo à implantação, de acordo com a exposição solar, o alçado principal está voltado a noroeste, encontrando-se, por sua vez, o cunhal das arrecadações virado a este.⁹³

Volumetricamente, a casa ocupa um só piso, com uma única cobertura em telha e, programaticamente, *destina-se, parte a habitação, parte a arrumação, estas últimas ocupando dois compartimentos: um destinado a serviço de guarda e outro a recolha de alfaias do Serviços.*⁹⁴ A área destinada à habitação inclui uma sala-comum, uma cozinha (associada à lareira), uma casa-de-banho, três quartos e um escritório. No total, uma área aproximada de 110m².

A entrada principal é anunciada pela escada exterior, na frontaria da casa, geralmente feita em pedra e que nos conduz a uma varanda/balcão coberto de transição entre interior/exterior. Existe, com idêntico carácter arquitectónico, uma entrada de serviço no alçado oposto de acesso à cozinha.

92 Memória Descritiva, Projecto Tipo das Casas do Guarda Florestal, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas 2ª Repartição Técnica, 16 Abril de 1958.

93 Raul Lino, em “Casas Portuguesas”, sugere que em termos de implantação, que a *posição mais vantajosa da casa isolada, para efeitos de iluminação natural, é quando em planta as suas diagonais fiquem orientadas segundo as linhas Norte-Sul e Este-Oeste, porque assim todas as fachadas recebem raios solares, uma após outra. (...) manter esta orientação ideal*. In LINO, Raul – *Casas Portuguesas*. Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lisboa, 1992, p. 27.

94 Memória Descritiva, Projecto Tipo das Casas do Guarda Florestal, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas 2ª Repartição Técnica, 16 Abril de 1958.

A ordem de construção.

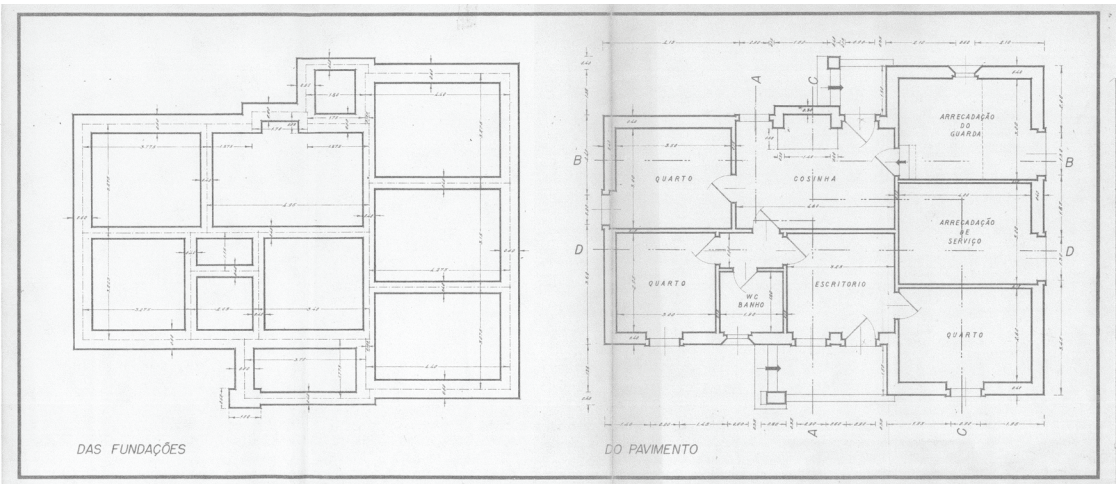
As características da construção (materiais) variam consoante a região onde é implantada, sendo (...) *de alvenaria de pedra ou de tijolo, em paredes duplas, consoante os locais de construção*⁹⁵ e obedecem a uma série de regras a cumprir, descritas em seguida:

As fundações terão as dimensões indicadas no projecto, sendo abertas até o terreno encontrar suficiente firmeza para apoiar os alicerces – estes, de alvenaria de pedra “rija”, assente com argamassa de cimento e areia. Esta alvenaria deve elevar-se 0,50m acima do nível da fundação, criando uma caixa de ar (entre os diversos compartimentos, também se estabelecerá comunicação para circulação de ar). Foi proposto que antes de o assentamento da alvenaria de elevação se procedesse a um reboco geral da face superior dos alicerces e ao seu revestimento com um produto asfáltico – para evitar humidades que se infiltrassem nos envigamentos, soalhos e rodapés. Aquando do enchimento dos alicerces, deve-se deixar canais na fundação para passagem de tubagem de escoamento – que se ligará ao saneamento/fossa. Existe uma pequena diferença de cotas, a nível do chão, entre a zona destinada às arrecadações e o resto da casa.

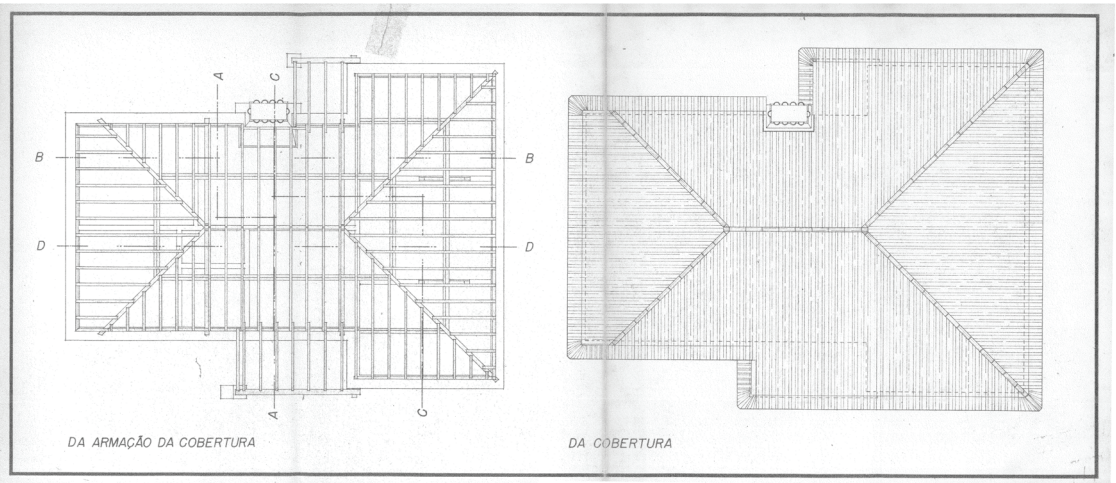
As paredes de elevação exteriores podem ser construídas em alvenaria de pedra ou em tijolo furado ou maciço. Caso sejam edificadas em alvenaria, esta será assente com argamassa de cimento ou de cal hidráulica sendo executada nas condições usuais. Uma vez em tijolo, este será assente em “duas fiadas”, formando uma caixa de ar para que a parede fique com a dimensão do projecto. As paredes exteriores serão rebocadas, posteriormente por uma argamassa de cimento e areia.

As paredes interiores serão de tijolo furado numa só fiada, assente em argamassa idênticas às paredes exteriores. Simultaneamente à edificação destas alvenarias, devem ser aplicados tacos destinados aos rodapés, aros, arestas e cimalthas⁹⁶ para os tectos. Como revestimento final interior, será aplicada uma argamassa de cal.

95 Memória Descritiva, Projecto Tipo das Casas do Guarda Florestal, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas 2ª Repartição Técnica, 16 Abril de 1958.
96 O mesmo que cornija: Ornamento constituído por um conjunto variado de molduras, de saliência pronunciada, em pedra ou em madeira, que serve de remate superior de um vão, parede ou entablamento. In TEIXEIRA, Joaquim, *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento.



33 Plantas. 1. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.



34 Plantas. 2. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

A ordem de construção.

O telhado será constituído por uma estrutura resistente formada por asnas, assentes nas paredes exteriores, sobre as quais assentam rincões⁹⁷, madres⁹⁸, vareado⁹⁹ e ripas. Compõem-se em quatro águas assentes numa cobertura de madeira. A telha será do tipo “campos”, com beiral à portuguesa¹⁰⁰. Caso se pretenda construir um sótão acessível será conveniente abandonar o critério das asnas, descarregando-se o telhado por intermédio de pontaletes, ao longo das paredes intermédias. Da cobertura, sobressai a chaminé, elemento que identifica o espaço de cozinha e corresponde ao “centro” da casa.

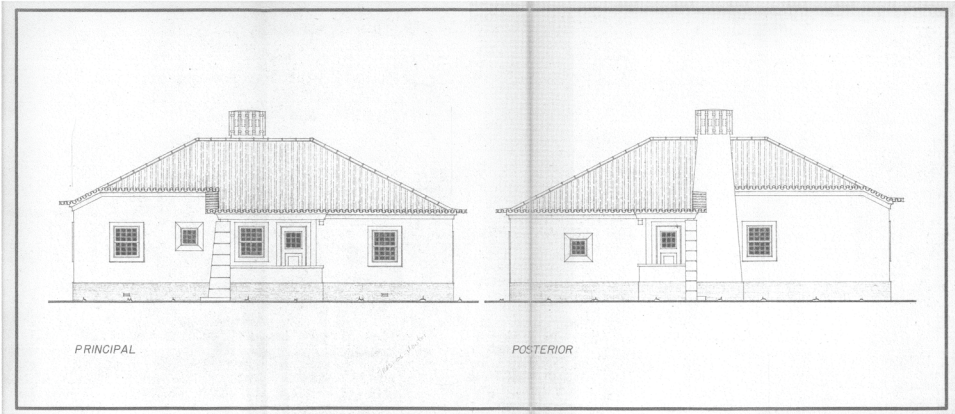
Os pavimentos interiores da habitação serão constituídos por soalho pregado sobre o envigamento de pinho. Exceptua-se a cozinha, casa de banho e arrecadação, onde serão assentes betonilhas de cimento.

Quanto às carpintarias, todos os madeiramentos utilizados eram fornecidos pela “Circunscrição da Marinha Grande”. Os aros das janelas e portas exteriores serão fixadas às cantarias (de granito ou calcário, conforme a região). Relativamente à cor das carpintarias, as portas exteriores e os aros das janelas devem ser pintados na cor “verde garrafa”; os caixilhos das janelas e os postigos a branco; as portas interiores, portadas das janelas, rodapés, tetos e armários das cozinhas serão todos da mesma cor – marfim ou creme claro, ou mesmo verde (em tom claro).

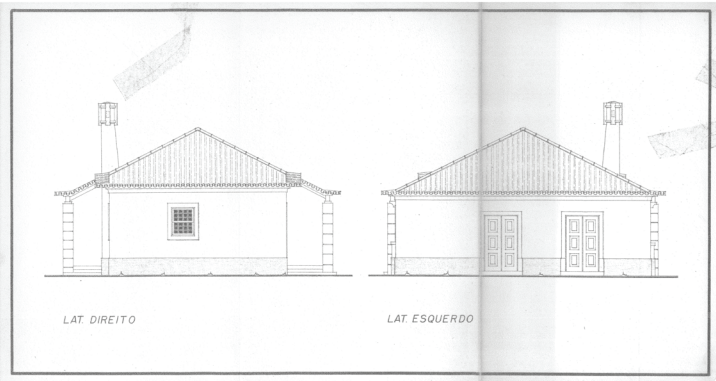
A solução construtiva encontrada para a casa de S. João D’Arga indica uma concepção em alvenaria em pedra de granito - característica da região do Minho. Todos os muros exteriores e o muro interior que separa a zona das arrecadações com o espaço da habitação foram edificados em granito. Os muros interiores foram construídos com tijolo maciço. Todas as paredes ainda se mantêm em “excelente condições” até aos dias de hoje. A estrutura que suporta o telhado era formada por asnas, mas ruiu com o passar do tempo. Actualmente, são poucos os vestígios encontrados de pavimentos, rebocos e carpintarias. Não sendo totalmente conclusiva a cor interior, há indícios de que a chaminé estaria pintada de encarnado.

97 Viga de madeira que na armação do telhado faz a transição entre a tacaniça (cada uma das duas vertentes em forma triangular dos telhados de quatro águas, de planta rectangular) e a vertente principal. In TEIXEIRA, Joaquim, *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento.
98 O mesmo que terça: Viga de madeira assente a meio vão de cada uma das pernas das asnas, que

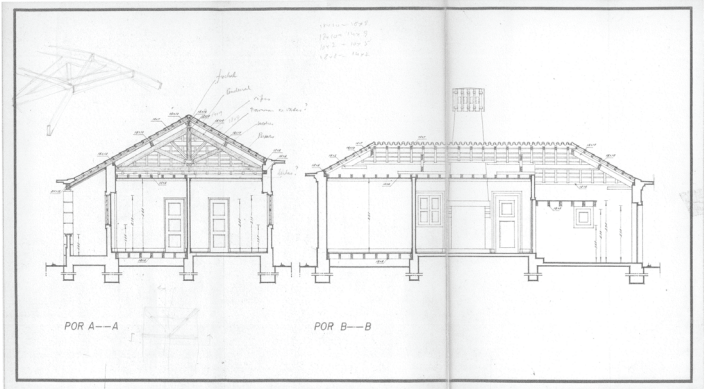
serve para travamento destas e para apoio do vareado. In Idem.
99 Viga de madeira de pequena secção, rolada ou esquadriada, usada na armação de um telhado, para receber o ripado, sobre o qual são assentes as telhas; o mesmo que caibro. In Idem.
100 Remate inferior de um telhado, normalmente formado por uma fiada de telha vã, podendo ser combinada com uma cimalha, fazendo saliência sobre as paredes das fachadas, para assim as proteger das águas da chuva. In Idem.



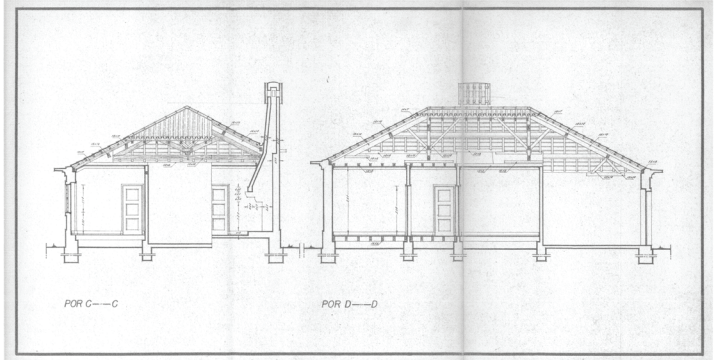
35 Alçados. 3. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.



36 Alçados. 4. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.



37 Cortes. 5. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.



38 Cortes. 6. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

INTERVENÇÃO

O segundo capítulo apresenta o processo do projecto de reabilitação. Este capítulo é organizado em dois pontos: no primeiro, aborda a actual vida na Serra D'Arga e a procura de uma nova necessidade para a reactivação do território; no segundo e último ponto, explora uma proposta de intervenção, traduzida em desenho.

Na Serra D'Arga, é deserta a subsistência e imenso o património em abandono.
A procura de uma solução/programa que reanime a ruína - o turismo rural.



39 Da época. Festejo popular, em Dem.

Foi em meados do séc. XX que ocorreu uma quebra nas práticas tradicionais da relação do homem com o lugar natural – território que lhe serve de existência. As alterações foram consequência de vários factores, tanto demográficos e culturais, como económicos e políticos, e tiveram consequências directas nos “modos de viver” e na subsistência do homem no mundo rural.

Este fenómeno, que conflui com o êxodo rural¹⁰¹, foi contemporâneo (e potencialmente influenciado) pela política florestal implementada pelo Estado Novo.

Como visto anteriormente, nos anos 50, aquando da demanda florestal proposta pelo regime em vigor, ocorreu também a expropriação dos terrenos “baldios”. As áreas que antes eram “de ninguém”, para soltar o gado, passaram a ser diminutas e interditas à pastagem. Foram criadas regras em relação à liberdade do gado nos terrenos “baldios”, pois os animais podiam arruinar as novas plantações. Havia muitas pesadas pela violação de áreas interditas, o que criou atritos entre a população e a autoridade. Consequentemente, assistiu-se a uma redução do número de cabeças e rebanhos. Ou seja, diminui uma das principais fontes de rendimento das populações (tanto na venda do gado como na venda de alimento/derivados de leite)¹⁰², sendo assim dada como interrompida a forte dependência das povoações aos terrenos “baldios”.

Simultaneamente, presenciou-se o fim do isolamento de inúmeras aldeias através da construção de novos acessos e estradas. As possibilidades de mobilidade aumentaram, sendo possível garantir melhores vias de comunicação até sítios inacessíveis até então. A noção de “afastamento” que distanciava o mundo rural dos núcleos urbanos foi adulterada.

No decorrer deste período, para prover o sustento das população, procedeu-se à procura de melhores condições, assim como atractivas oportunidade de emprego em núcleos urbanos, ou, até mesmo, no estrangeiro. Acção que resultou num fluxo migratório das populações locais – êxodo rural – e consequente afastamento das práticas agrícolas. Esta desertificação rural também se reflectiu num abandono de um vasto património construído ligado à cultura agro-pastoril. A emigração foi a nova solução encontrada.

Após a revolução de 1974¹⁰³, com a queda do regime totalitarista, os terrenos “baldios” retomaram lugar na gestão pública. No entanto, a vida do mundo rural permaneceu enfraquecida e “envelhecida”, até aos dias de hoje. Na Serra D’Arga, na União das Freguesias de Arga, verifica-se um diminuto número de 208 habitantes¹⁰⁴, declarados nos “Recenseamentos Gerais da População” efectuados em 2011.

101 Êxodo rural é o termo que designa o deslocamento de habitantes de zonas rurais (menos sustentáveis) para núcleos urbanos, em busca de melhores condições de vida.

102 (...) o Estado, através dos Serviços Florestais, espoliou estes povos pastoris do espaço montanhês de que necessitavam para manter os rebanhos, de onde tiravam o melhor da alimentação – o leite, o queijo e a carne – e alicerçavam a economia – a lã, as crias e as peles... in TORGA, Miguel - DIÁRIO XI. 1968. Apud. BARROS, Fernando Cerqueira – *Construção do Território e Arquitectura na Serra da Peneda*. Município de Arcos de Valdevez, 2013, p.163.

103 Revolução ocorrida a 25 de Abril de 1974, resultante de um movimento social que depôs o regime ditatorial do Estado novo, vigente desde 1933.

104 Ainda não existem dados geográficos e populacionais oficiais para a nova configuração desta freguesia. Os valores apresentados são calculados a partir dos dados dos territórios agregados, ou seja, da freguesia da Arga de Baixo (74 habitantes), da Arga de Cima (73 habitantes) e da Arga de S. João (61 habitantes). In Censos 2011 - População residente por freguesia, CAOP 2013.



40 Actual. “Largo” de Arga de São João.

Para que o mundo rural “reviva” nos dias de hoje é necessária uma renovação que não esteja exclusivamente ligada à actualização da prática agro-pastoril. A quantidade de edificações abandonadas na Serra D’Arga alerta para uma nova apropriação do espaço rural, um lugar ao encontro de novos programas¹⁰⁵.

O nível económico equacionado pelas actividades agro-pastoris é pouco compensatório para as populações locais. De modo que, para que seja minimamente atractiva para a fixação demográfica em áreas rurais/interiores, é necessária *a obtenção da máxima produtividade por indivíduo, para equiparar os seus salários aos habitantes de outras zonas, o que se passará pela especialização produtiva em produtos de alta qualidade, assim como pela complementaridade com outras actividades não agrícolas, como o turismo...*¹⁰⁶

Um lugar como a Serra D’Arga condiz com estes moldes, que poderá perfeitamente servir de complemento à zona balnear marítima nas imediações. Um programa relacionado com o turismo rural (devidamente moderado/ equilibrado, a actuar pontualmente) poderia ser uma solução possível para a mobilização do quotidiano serrano.

O objecto de estudo apresentado, enquanto (mais um) património abandonado na montanha, encontra potencialidade para receber este novo objectivo. *A ruína merece, e deve, ser tratada, e, por isso, precisa de um uso, de um programa, de um projecto.*¹⁰⁷

O conjunto arquitectónico que inclui a “casa do guarda florestal” transformar-se-á numa “nova” casa na Serra D’Arga, em que o arrendamento estará ao alcance de todos – um refúgio na montanha, em reencontro com a comunidade local e a história do lugar. Uma habitação de férias motivada pelo enlevo paisagístico e pelo descanso montês, para habitantes que procurem um retiro na paisagem, uma simulação de anonimato e uma preservação da “ideia rural” como forma de regressar às origens.

105 *Justamente porque se tiene una concepcion conservativa de la arquitectura histórica, conviene de alguna manera inyectarle como sea mecanismos de reanimacion para que no se produzcan procesos de degradación.* In SOLÀ-MORALES, Ignacio de – *Teorias de la Intervención Arquitectónica.* In SOLÀ-MORALES, Ignacio de – *Intervenciones.* Barcelona: Gustavo Gili, 2006, p.30.
106 VIANA, PEDRO - *Território, Povoamento, Construção. Manual.* Ponte da Barca: ADERE, 1999, p. 15.

Apud. BARROS, Fernando Cerqueira – *Construção do Território e Arquitectura na Serra da Peneda.* Município de Arcos de Valdevez, 2013, p.173.
107 Escrito de constetación al IPPAR, de 20/01/1999, firmado por el arquitecto Director del CRUAB. FIMS.SI-FTÁVORA Apud. MENDES, Manuel - *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora : Fernando Távora : minha casa.* Porto, 2015, p.3. Em “discurso” para dotar uma nova função à Torre dos 24, Fernando Távora.

Uma “nova” casa.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, com a queda do regime ditatorial, houve várias repercussões em toda a política florestal implementada até à altura. A função do guarda florestal foi reestruturada, a ocupação das “casas” interrompida, originando que muitas casas fossem deixadas ao abandono. Apenas em 2006¹⁰⁸, por lei, é que o ofício foi oficialmente descontinuado. Actualmente, as “casas dos guardas florestais” encontram-se em posse do Instituto de Conservação da Natureza e Florestal (ICNF). Foram documentadas todas as casas e atribuído um número a cada, sendo o meu objecto de estudo presente – A casa de Arga de S. João – A-135¹⁰⁹.

É possível a sua “cedência”, por parte do ICNF, na atribuição de um programa específico¹¹⁰, tal como acontece no Centro de Interpretação da Serra D’Arga (Arga de Baixo). Numa situação idêntica, a fim de uma nova fonte de rendimento da população, poderia ser implementada a casa “volante” (turismo rural) no lugar da ruína apresentada, nunca desligando do fim para o qual foi inicialmente construída - habitação. Possivelmente, o processo passaria por atribuir um responsável da municipalidade de União das Freguesias das Argas que se encarregasse pelo conjunto e resolvesse o sistema de arrendamento, permuta e limpeza – um ganho para ambas as partes, movimento na Serra e um cíclico “ganha-pão” para a comunidade/aldeia.

A eleição desta “casa” face a “outras” situadas na redondezas¹¹¹ é dada pelo lugar da ruína na paisagem. A selecção é marcada pelo carácter especial da envolvente. Ainda hoje se pode afirmar que a “casa” está implantada num sítio “isolado” - afastado da estrada alcatroada. Este é um ponto de partida para um ciclo de renovação do excessivo património em desuso.

108 Em 2006, o Corpo Nacional da Guarda Florestal foi extinto e os seus efectivos integrados na carreira florestal das equipas de protecção florestal do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana. Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.arquivomuseugnr.pt/entrada.aspx?IDMenu=999999&P=Guarda%20Florestal&Titulo=Guarda%20Florestal&IdiomaActual=PT>.

109 Apesar de não conclusivo, serve de amostra da quantidade de habitações que (possivelmente) caiu em desuso.

110 Um exemplo de uma situação similar, na Freguesia de Cabeceira de Bastos. (...)foi autorizada a cessão, a título definitivo, a esta Câmara Municipal, (...) com a finalidade do edifício em causa ser aproveitado para fins turísticos ou outros de interesse público compatíveis com as atribuições do município e com o valor arquitectónico do imóvel. In Regulamento Interno definindo as regras de utilização das Instalações Municipais conhecidas por “Casas Florestais” (Apêndice N.º136 – II Série – N.º 288 – 14 de Dezembro de 2001). Disponível em <http://cabeceirasdebasto.pt/files/14/1448.pdf>.

111 Como já referido anteriormente, existe duas casas numa área próxima. Uma delas possui uso actual, funcionando como Centro de Intrepretação da Serra D’Arga. A outra casa, também em ruína, encontra-se nas imediações de uma estrada alcatroada, junto ao Mosteiro de S. João D’Arga.

A “circunstância” como método de projecto.

Como actuar sobre as pré-existências?

A intervenção nos volumes edificados em granito.

Desenhar uma nova cobertura. Novas implicações no interior.

Uma tentativa de se “coser” com lugar.

Numa visão do conjunto e após a análise desenvolvida até ao momento, a proposta vai ser condicionada por diversos factores, como a história, o sítio, as pré-existências e o novo programa.

À luz do primeiro capítulo, denominado “circunstância”¹¹², o projecto inicia-se com a ideia de intervir em continuidade com o existente. O lugar é entendido como um elemento que possui um história, estrutura dotada de significados que possuem indícios/princípios a ter em consideração no acto de projectar. Portanto, é evidente um desejo contínuo em atender à “circunstância” e em construir o projecto a partir de uma observação atenta e cuidada da realidade.

Como explica Fernando Távora, a organização do espaço implica sempre uma atitude de escolha/decisão, de reconhecimento do que deve ser valorizado e o que deve ser recusado e corrigido, sem nunca, porém, por a circunstância (...) *totalmente à margem, no sentido de criar formas pretensamente “geniais” ou diferentes” que, por vezes, nada mais satisfazem do que o egoísmo dos seus autores, até porque é sabido que uma forma só possui significado na medida em que representa ou satisfaz, para além de um homem, toda uma sociedade que dela se utiliza*¹¹³.

O projecto de reabilitação tem como condição primária a conciliação de várias épocas, sendo legíveis as várias fases de construção do edifício, tendo em vista a sua relação histórica com o território e a sua lógica de crescimento. *Uma contribuição, enfim, para uma nova modernidade que se debate entre um passado a observar e um futuro a construir.*¹¹⁴

112 Fernando Távora entende “circunstância” como (...)conjunto de fatores naturais e humanos (e só é possível distingui-los na medida em que o fenómeno seja observado à escala do homem mas, de qualquer modo, eles estão intimamente ligados entre si), (...) conjunto de fatores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntos os que resultam da sua própria existência, do sei próprio ser. In TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações 2006, p. 22.

113 Idem, p. 26.

114 Fernando Távora na Memória Descritiva do Projecto de Refóios do Lima, 1993. FIMS-SI-FTávora. Apud. MENDES, Manuel - *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora : Fernando Távora : minha casa*. Porto, 2015. p. 274.

As premissas que condicionaram o projecto.



41 Processo. Múltiplas tentativas dentro volume da “casa do guarda florestal”. 16 de Junho de 2016.

Em relação à implantação do projecto, foi “intuitivamente” decidido que a nova operação ocuparia os dois volumes consolidados em granito. Um material de eleição local que sobreviveu até aos dias de hoje.

Apesar de subsistirem três volumes, um deles foi construído em bloco de cimento, revelando um carácter menos valioso na continuidade com o meio natural envolvente. Para além de uma construção meramente “desinteressante”, a sua implantação desfavorece todo o conjunto arquitectónico, pois encontra-se junto do declive da encosta, ocupando um protagonismo excessivo na paisagem.

Uma vez escolhidos os dois volumes a intervir, correspondentes à “antiga casa do guarda florestal” e ao anexo junto ao afloramento granítico, situado numa cota mais elevada, foi considerado o programa a implementar.

O conjunto arquitectónico funcionará com o mesmo programa, elaborado em dois núcleos: na “antiga casa do guarda-florestal” um alojamento com maior escala, mais flexível/transformável, que pode acolher até 8 pessoas (por exemplo, uma família ou um grupo de amigos) e um pequeno núcleo complementar e independente a implementar no anexo em granito, que pode acolher exclusivamente 2 pessoas (por exemplo, um casal).

A nova leitura do conjunto revela unidade, funcionando num todo composto por duas partes com o mesmo programa – habitacional. Uma vez que o projecto opera sobre um corpo já existente - a ruína -onde a estrutura formal e espacial não é inteiramente inventada, há que respeitar as áreas e os muros pré-existentes¹¹⁵. A ruína actuará como um “invólucro”, onde o programa é equacionado para se ajustar ao seu interior, evitando a construção-extramuros.

¹¹⁵ A construção num monumento difere da construção do novo porque opera sobre um corpo existente (onde a estrutura formal e espacial não é inteiramente inventada), o que implica uma relação aprofundada entre arte e técnica e entre construção e estrutura. In TOMÉ, Miguel - Património e restauro em Portugal (1920-1995). Porto: FAUP publicações, 2002, p. 79.

Reaproveitar as paredes de granito.



42 Vãos no granito. A vista da “sala”.

É preciso escolher o que conservar do passado, através de um acto intelectual¹¹⁶ de seleção entre manter o significativo e rejeitar o sobran­te. A própria ruína já excluiu, ao longo do tempo, os elementos frágeis e “insignificantes”. Os objectos que se sustentam até ao presente são aqueles que se confirmam pela capacidade que têm de permanecer, ou seja, o granito.

Uma das premissas iniciais no acto de projectar foi a preservação das paredes em granito, entendendo que não seria necessário renegar totalmente o passado para construir o presente.¹¹⁷

Em ambos os volumes, os muros de granitos representam o limite de construção interior-exterior (à excepção de uma parede interior no volume da “casa do guarda-florestal). Os muros interiores pré-existent­es, edificados em tijolo maciço, não apresentavam condições construtivas para serem reaproveitados.

Ao construir um edifício novo “em cima” do material pré-existente, é automática a imagem de continuidade que advém do passado que viveu o edifício.

As pedras que permanecem até aos dias de hoje ajudam a desenhar o projecto. A sua presença define as paredes e a sua ausência define os vãos, onde se formalizam as portas e janelas, que já emolduravam imagens exteriores da Serra D’Arga. Com a evolução do processo de desenho, foram reordenadas/ reajustadas algumas peças de cantaria para melhorar a qualidade espacial das unidades funcionais, no interior. As alterações foram sempre elaboradas tendo em mente a condição de intervenção-mínima, com o intuito de não desfigurar a imagem “original” do objecto.

116 *No se puede avanzar hacia el futuro sin dirigirse hacia el pasado (...). Dirigir la mirada al pasado es un acto intelectual necesario para la construcción del futuro.* In “La mia opera”, entrevista con Fernando Távora, in ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni - *Fernando Távora: Opera Completa*. Milano: Electa, 2005. Apud. MENDES, Manuel - *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora : minha casa*. Porto, 2015, p. 148.

117 Fernando Távora, sobre a sua própria casa na Foz do Douro: *Pouco a pouco, e tentando um equilíbrio difícil entre as necessidades e as possibilidades, fomos tornando nossa e do nosso tempo esta*

moradia que tinha sido de outros em tempos diversos. Fizemo-los, no entanto, mantendo muito do espírito e da carne da velha casa que conhecêramos, e isto não só por razões de ordem económica e porque as alterações foram feitas gradualmente mas também, e sobretudo, porque entendemos que não era necessário renegar totalmente o passado para construir o presente.” In TÁVORA, Fernando. A falar sobre a sua própria casa situado na Foz do Douro. Em “Uma Casa na Foz do Douro”, in *Casa&Decoração* nº 6, Lisboa, 1969. Apud. MENDES, Manuel - *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora: minha casa*. Porto, 2015, p. 3.

Cada peça do conjunto lê-se como um pavilhão, unitário e compacto – conferindo uma imagem volumétrica de “pequenos” objectos que habitam a paisagem, à qual se abrem pontualmente nos vãos desenhados no granito.

A valorização do lugar como elemento significativo do projecto permitiu atribuir uma “nova” relação com o território, uma reafirmação do carácter do lugar que se traduz na necessidade ao devolver a imagem do edifício único e com escala de volta à envolvente, tal como idealizado na sua gênese. Daí a ideia de não afectar a imagem/percepção (ainda muito presente) exterior.

No entanto, para que a relação com o exterior seja mais articulada, foram desenhadas pequenas rótulas entre o interior o exterior. É o caso do alpendre, da pérgula e do pavimento exterior, dispositivos que servem de instrumentalização do sítio, tendo também importância na relação da construção com a paisagem. A ideia final é que o projecto que não se vire exclusivamente para dentro, mas sim em diálogo com o lugar, entendendo o seu contexto.

A casa estrutura uma composição entre o interior/exterior, existindo uma dicotomia entre a vontade expansiva de participação na envolvente e a condição necessária de protecção/abrigo – ideia de *refúgio*¹¹⁸. O projecto tende a oferecer espaços íntimos no interior, “recolhidos”, em protecção mas com percepção do exterior/paisagem, participando passivamente na natureza. O próprio mobiliário interior reduz-se ao mínimo, primando a vida exterior.



118 GILI GALFETTI, Gustau - *Casas Refugio*. Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona 1995, p. 15.

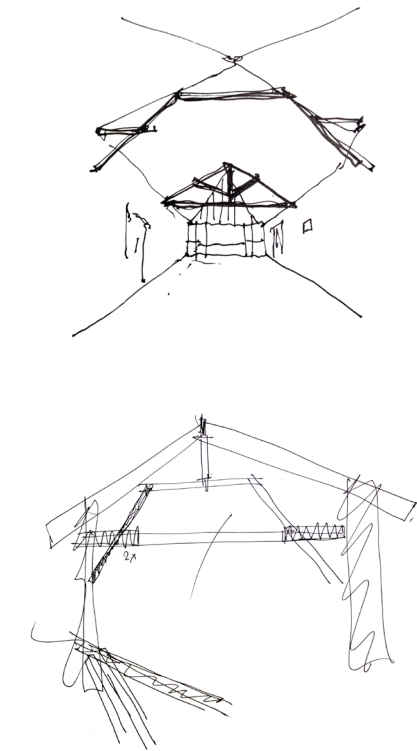
Para que o programa volte a cumprir a sua função habitacional e se transforme numa casa¹¹⁹, isto é, para que volte à sua função de “abrigo”¹²⁰ torna-se necessário desenhar uma nova cobertura.

Esta, foi desenhada de modos diferentes consoante o volume a intervir, mas mantendo a mesma materialidade – a madeira.

No volume da “antiga casa do guarda-florestal”, o desenho da nova cobertura faz-se num tom de reconstituir o projecto original. No entanto, na situação actual, possui duas faces: uma exterior que remete para à evocação da imagem original do objecto (mimetismo), numa cobertura composta em telha canudo com 4 águas; e uma nova face, voltada para o seu interior, onde é possível visualizar toda a sua estrutura e os seus componentes, tendo implicações na organização do espaço interior.

O “pequeno” volume que corresponde ao núcleo complementar de habitação, pelo seu carácter rude de construção em granito entregue à natureza, solucionou-se com uma cobertura plana. Uma transformação subtil que pouco afectou a composição geral da edificação.

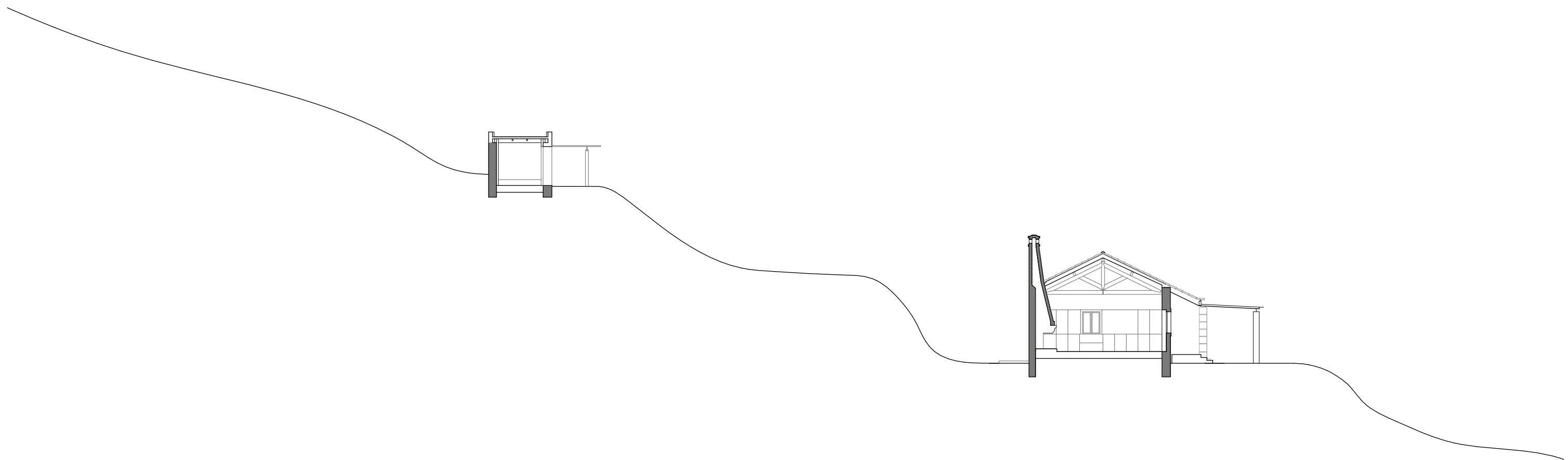
A organização do espaço interior foi transformada para que este se tornasse mais fluido, mais “vivo” e de acordo com as necessidades actuais do programa – habitação temporária e flexível.



43 Esquisso. A cobertura na “casa do guarda florestal”.

119 Quando numa parede vertical abro uma porta para através dela poder passar, coloco outra parede paralela à primeira e, depois, coloco duas paredes normais de dimensão igual. As duas primeiramente colocadas, formando um quadrado em planta, e, para que não chova ou o sol não penetre, coloquemos um tampo superior de forma quadrada; ou, ainda, coloquemos sobre o pavimento do quadrado uma superfície que me abstenha do contacto com o solo; ou, ainda, abra um buraco numa das paredes verticais e coloque caixilhos de madeira nos mesmo vãos da janela e da porta, assim, ser abertos ou fechados, eis-me em presença de uma peça quadrada, com porta e janela, onde não chove de cima para baixo, o sol não perturba e eu possa viver, assim, uma vida... In TÁVORA, Fernando. Em Desenho Projecto de Desenho. Lisboa: IAC, 2002. Apud. MENDES, Manuel - Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora: minha casa. Porto, 2015. Pág. 3.

120 La casa parece ser una extensión y un refugio de nuestra constitución y de nuestro cuerpo. PAL-LAMAA, Juhani – Identidad, Intimidad Y Domicilio – Notas sobre La Fenomenología Del Hogar 1994 In PALLASMAA, Juhani – HABITAR - Editorial Gustavo Gili, SL., Barcelona, 2016, p. 28.



Na “casa do guarda-florestal”.

A técnica construtiva e o projecto evoluíram em torno da memória dos materiais, dos ambientes, dos tons locais. Assim que, o desenho possui reconhecimentos semelhantes e adaptados da génese da sua construção, enquanto “casa do guarda-florestal”.

O volume, que possui uma área aproximada de 110m², divide-se em dois núcleos: um núcleo social “diurno”, formalizado num espaço contínuo de comunhão entre a sala e a cozinha; e um núcleo mais privado, “noturno”, intimista, flexível com dois dormitórios.

A cobertura é desenhada numa armação de madeira com quatro águas, que cobre toda a superfície implantada. Como visto anteriormente, pelo exterior, a cobertura é revestida a telha de canudo. Estruturalmente, são necessárias duas asnas para sustentarem a cobertura, que assentam no limite que separa a zona de estar de um mezanino e da cozinha.

As duas asnas, apesar de servirem a mesma função, foram desenhadas de modo diferente.

No interior, foi pretendido que cobertura pudesse ser vista praticamente na sua totalidade¹²¹. Todos os constituintes estruturais da cobertura, ou seja, as asnas, espigões, barrote e ripas estão expostos, e criam uma forte presença e unidade na zona social da nova casa – onde é possível ler “toda” a cobertura.

Para que assim fosse possível, foi criado um mezanino que se volta para a zona de estar, um local que pode também servir de extensão à área de “dormir”. O acesso¹²² ao mezanino exigiu a criação de um tipo diferente de asna, onde a linha da asna se encontra a uma cota mais alta, permitindo, deste modo, a entrada e “abrindo” o espaço para a sala.

Em sintonia com a nova unidade criada da cobertura, a chaminé afirma *o meio da casa*¹²³. Foi um ponto de partida do desenho da área social, assumido como eixo de “simetria”. A lareira¹²⁴, que antigamente estava associada à cozinha, agora lidera o centro da superfície social, significando o “calor” – a fonte da casa.

A zona de estar está em relação contínua com o espaço de jantar/cozinha. Esta, resumidamente, ocupa a parede sudoeste da casa. É marcada pelo mobiliário (balcão/armários), uma subtil diferença no pavimento e uma “grande” mesa de jantar¹²⁵. A asna que “separa” a cozinha da sala de estar é uma asna tipo-tesoura,

“regular”, com linha – uma solução construtiva diferente para a cobertura.

No exterior, a entrada é anunciada pelo pavimento (que gesticula até as portas) e pelo desenho de um alpendre. Este serve de rótula de ligação entre o interior e o exterior. Um refúgio à sombra no Verão, de repouso nocturno, de abafo no Inverno, com um notável enquadramento da vista. No espaço interior, privilegiou-se uma leitura unitária, logo, não existe uma hierarquia entre a “porta de entrada” e as restantes portas/janelas.

A área localizada no nordeste da casa (imediatamente abaixo do mezanino) corresponde à zona “noturna”. Inclui o programa mais compartimentado, ou seja, dois quartos, uma casa-de-banho completa e uma casa-de-banho de serviço. Em contraponto à área referida acima, é mais intimista e cria condições para ser mais flexível, ou seja, para que os quartos fiquem independentes ou em comunicação entre si. Foi desenvolvido um sistema de elementos móveis como portas/painéis de correr que tornam o espaço transformável. Esta linguagem é adaptável consoante o grupo de pessoas que “vive” a casa. Cada um dos quartos possui, de igual modo, uma porta directa para o exterior. O acesso a esta área é feito por um vão pré-existente na parede interior de granito e a distribuição é feita por um corredor, a uma cota mais baixa , no qual também se tem acesso às casas-de-banho. Neste espaço, a partir de elementos/estruturas móveis com portas/painéis de correr, é criado uma linguagem onde é possível “fechar-se”. Toda a zona que se encontra imediatamente junto à parede nordeste volta a ter uma altura distinta, adquirindo um pé-direito mais alto, onde se volta a ter um breve vislumbre da cobertura.

121 Um sistema “contrário” ao existente na antiga “casa do guarda florestal”, onde era utilizado uma estrutura de tecto falso.
122 O acesso é feito através de um simples escadote de madeira - estrutura móvel.
123 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, 2003. p. 383.
124 *Enquanto houver sobre a Terra homens, matéria combustível e maneira de a inflamar, nunca deixará o elemento fogo de exercer, pelo mágico bailado da labareda, eterna fascinação nas almas inquietas ou sonhadoras. A lareira enraizada no conceito tradicional da casa-mãe; o fogo caseiro, a origem da palavra átrio – início e centro da habitação - ; elementos venerados que perdurarão no seu significado simbólico e no encantamento dos seus aspectos decorativos...* In LINO, Raul – *Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquectar das Casas Simples*. Lisboa, 2001, p.40.

125 *La imagen del fuego en la casa combina la experiencia más arcaica con las necesidades más contemporáneas. El poder simbólico de la chimenea reside en su capacidad de fusionar las imágenes arcaicas del fuego que alimentaba la vida del hombre primitivo y las experiencias intemporales de bienestar personal con los símbolos de comunidad y de estatus social.* In PALLAMAA, Juhani – *Identidad, Intimidad Y Domicilio – Notas sobre La Fenomenología Del Hogar 1994* In PALLASMAA, Juhani – *HABITAR*. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2016, p. 32.
126 *La mesa era el escenario de las comida, la costura, los juegos, los deberes del colegio y la charla con vecinos y extraños. La mera era el centro que organizaba la vida en el campo, lo que marcaba la diferencia entre los días de diario y el domingo, los laborales y los festivos.* In Idem, p. 33.
127 As soleiras dos vãos exteriores da zona destinada aos “dormitórios” encontravam-se 32cm abaixo da zona de estar.

No anexo em granito, junto ao afloramento rochoso.

O volume, que incorpora o programa¹²⁸ complementar , implanta-se numa forma rectangular e está situado num ponto mais alto da encosta. Os vãos pré-existentes são reduzidos, assim como a área interior¹²⁹ disponível. O programa reduz-se num simples núcleo constituído pela casa-de-banho e cozinha em relação directa com uma área comum, que inclui a sala e a zona de dormir.

A estrutura que sustem a cobertura é desenhada por um envigado de madeira, visível em todo o interior. Como é utilizada uma cobertura plana, a sua presença no exterior é praticamente nula. O volume é lido como um bloco maciço de granito, tal como foi “encontrado”.

Para que todas as unidades funcionais do interior obtenham luz natural, foi desenhada uma clarabóia que partilha luz entre a zona da casa-de-banho e o lavatório da cozinha. A cozinha é marcada por um balcão com a modulação mínima possível.

Devido ao reduzido espaço interior, o projecto prolonga-se para o exterior, projectando-se sob uma ramada “verde”, suportada por uns pilares de granito, que funciona (de igual modo como o alpendre da outra casa) como uma rótula entre o interior e o exterior.

Por questões de segurança e controlo de luz, ambos os projectos possuem portadas/painéis para “encerrar” totalmente o seu interior.

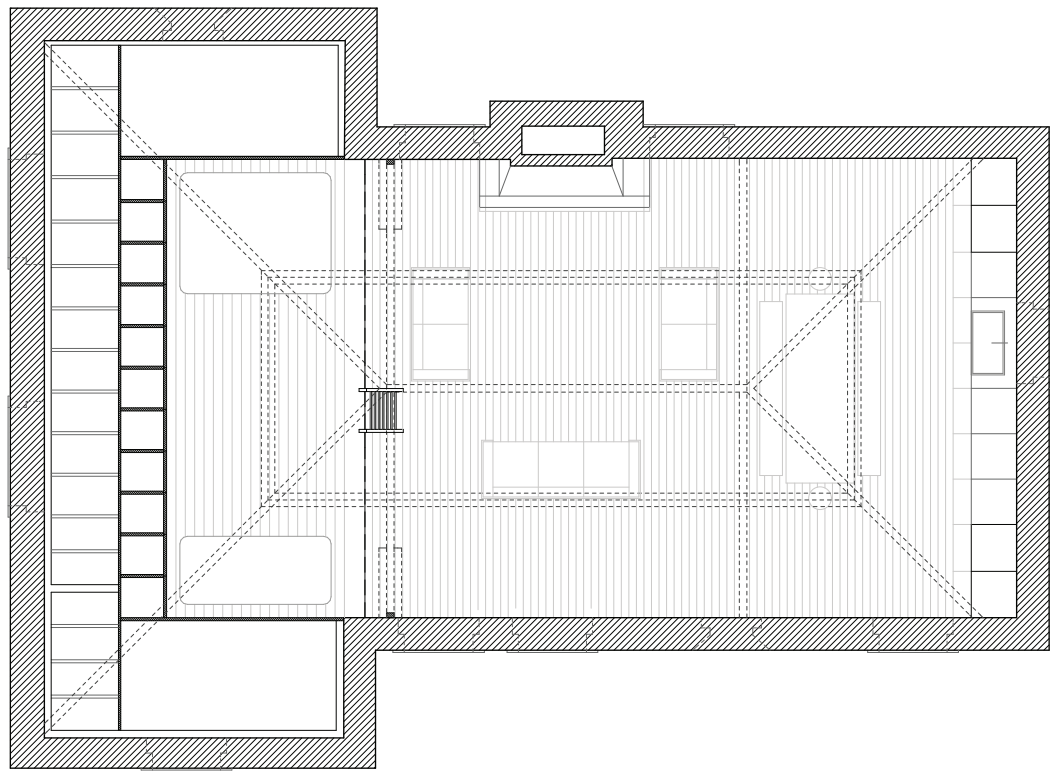


44 Esteio de granito e ramada. Arga de S. João.

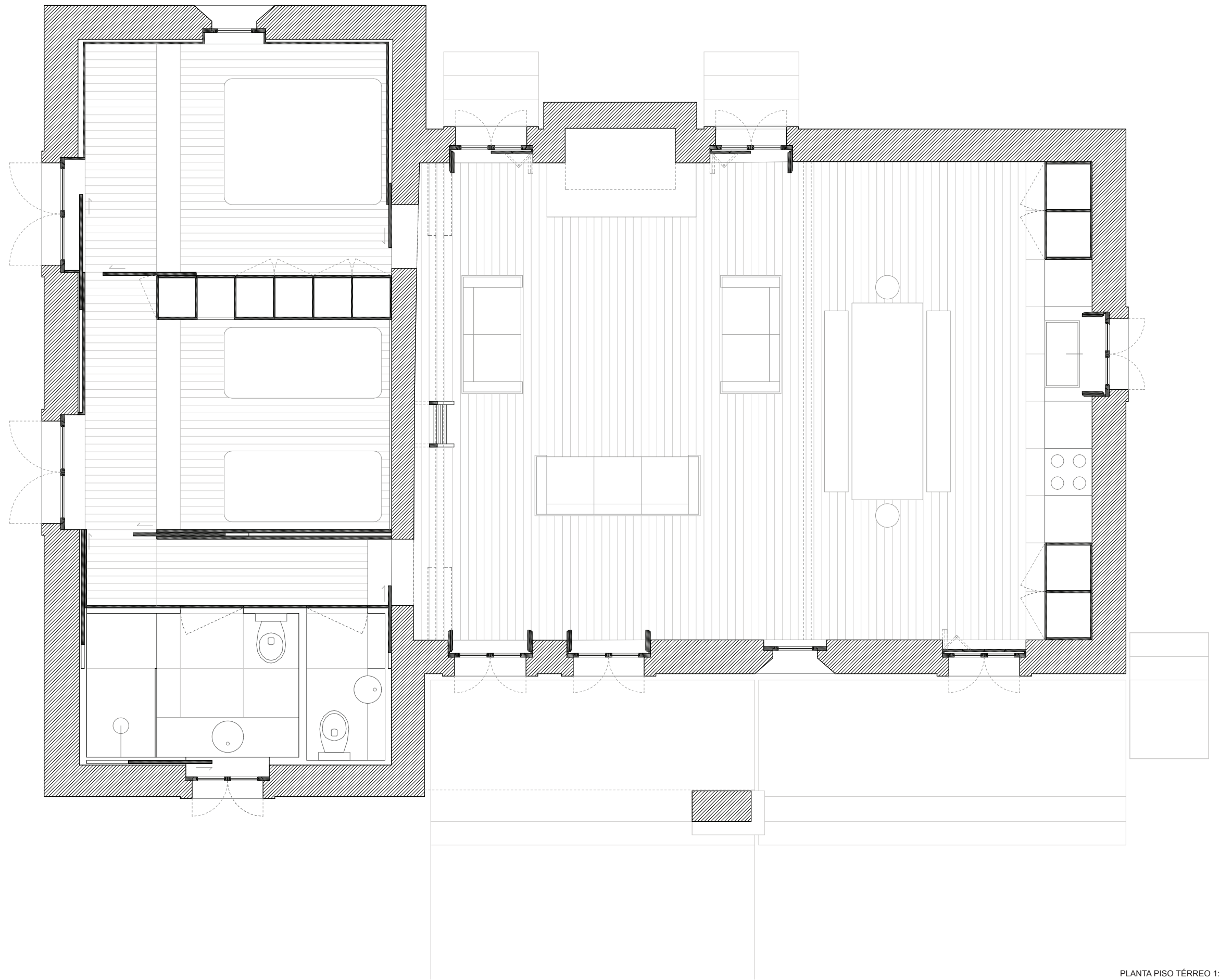
128 O programa possui o mesmo fim (habitação), no entanto, a reduzida área exige restrições no número de pessoas, sendo 2 pessoas o ideal.

129 A área é, aproximadamente, de 29m2.

O desenho do projecto de reabilitação.

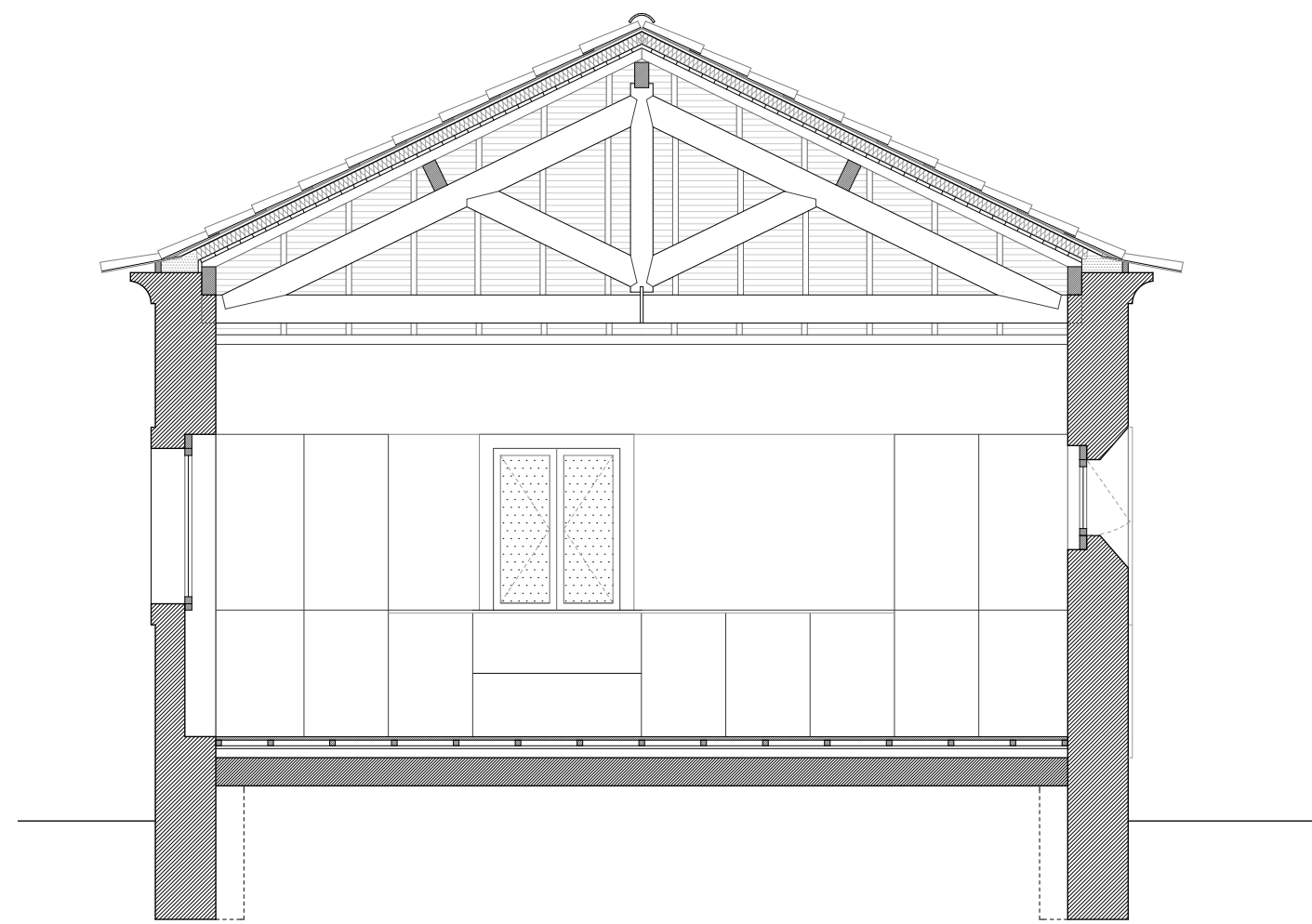


PLANTA PISO MEZANINO 1:100

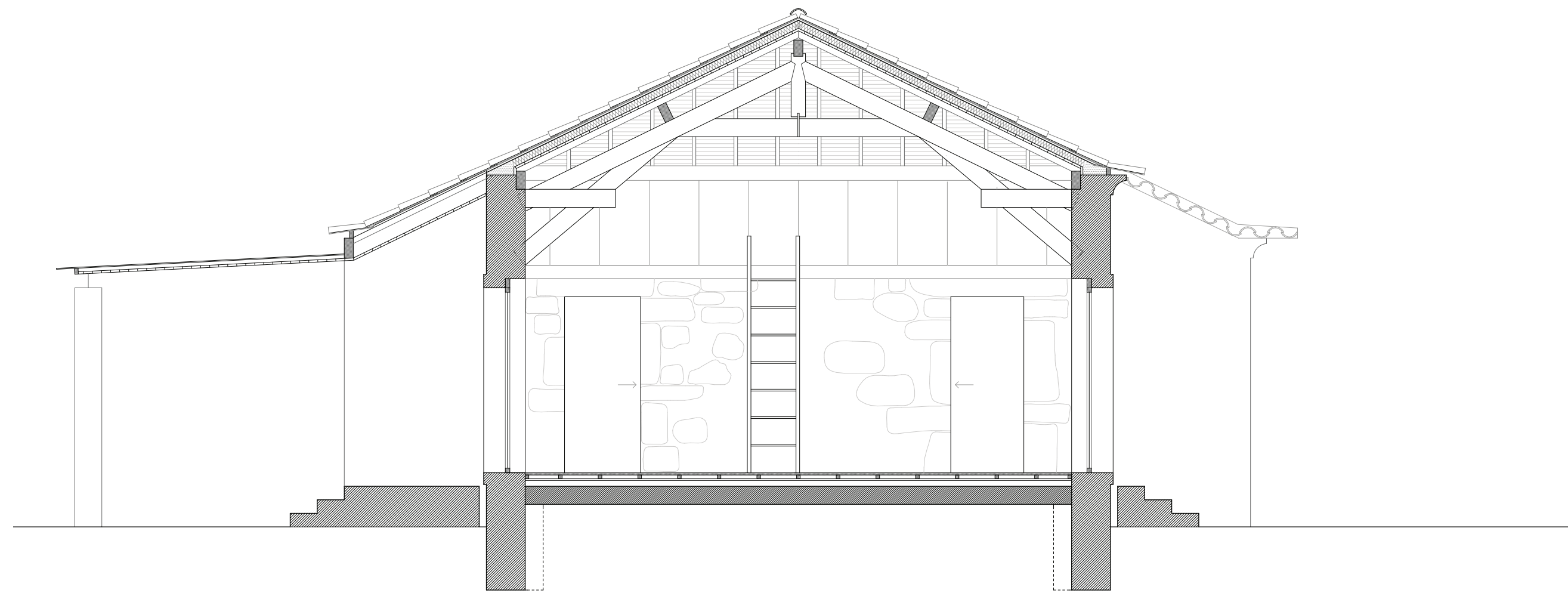


PLANTA PISO TÉRREO 1:50

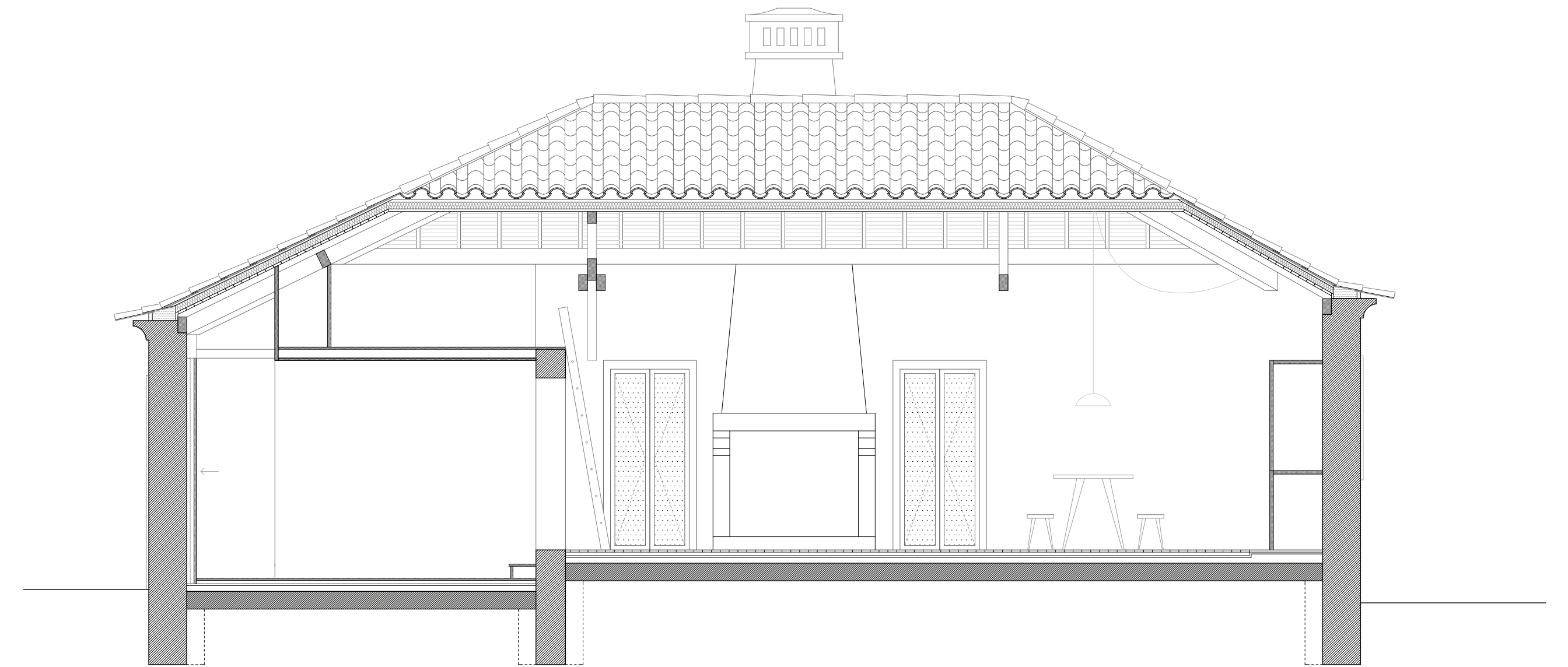


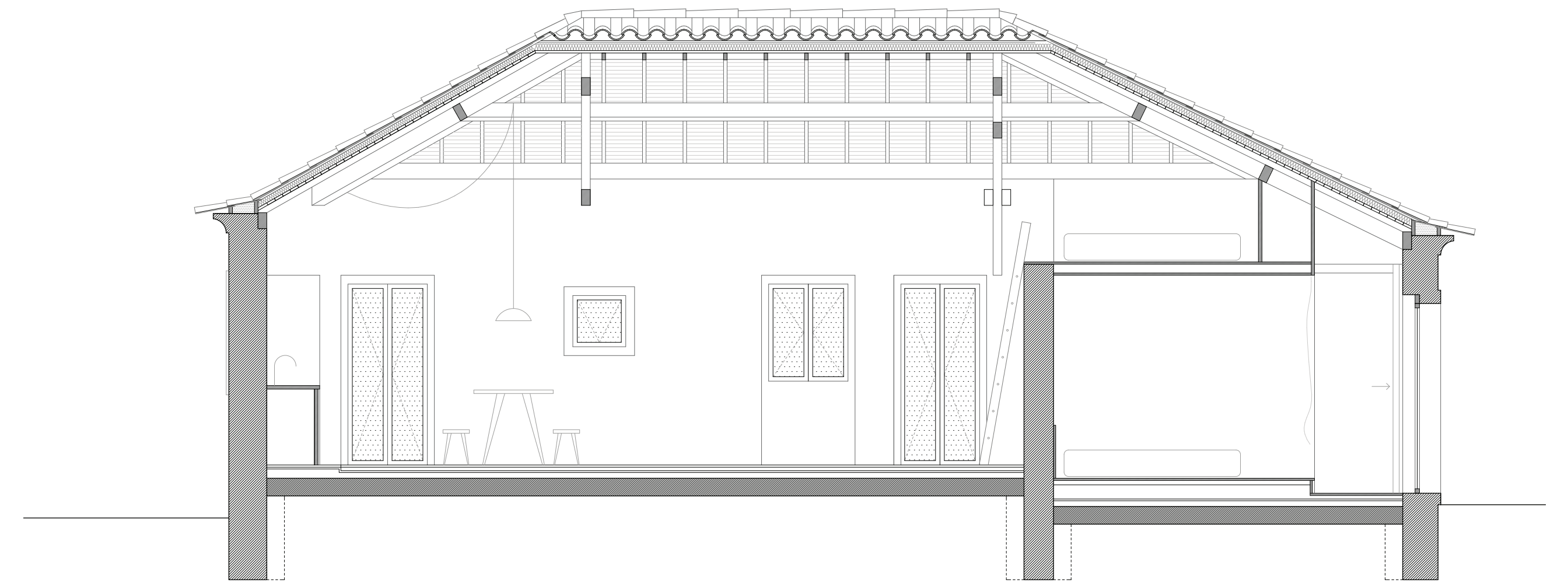


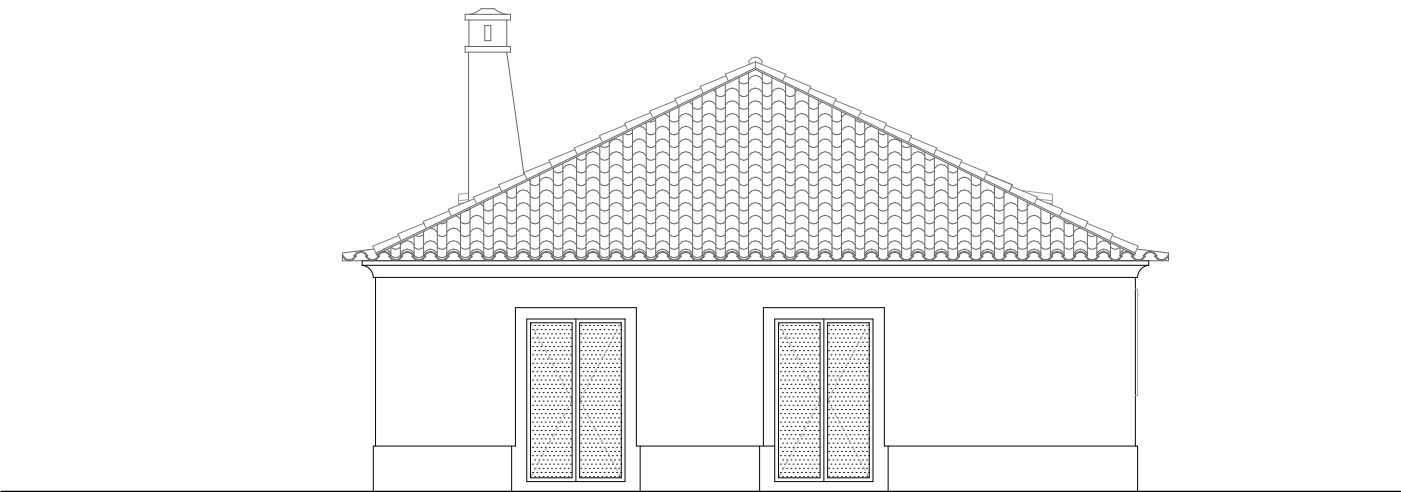
CORTE TRANSVERSAL 1:50



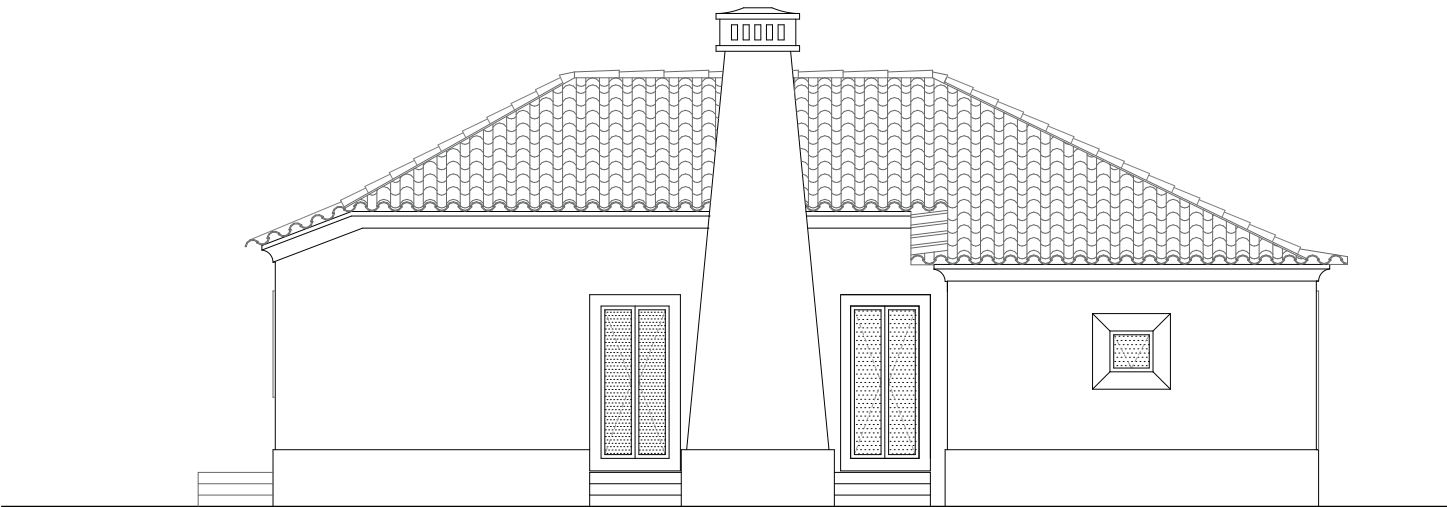
CORTE TRANSVERSAL 1:50



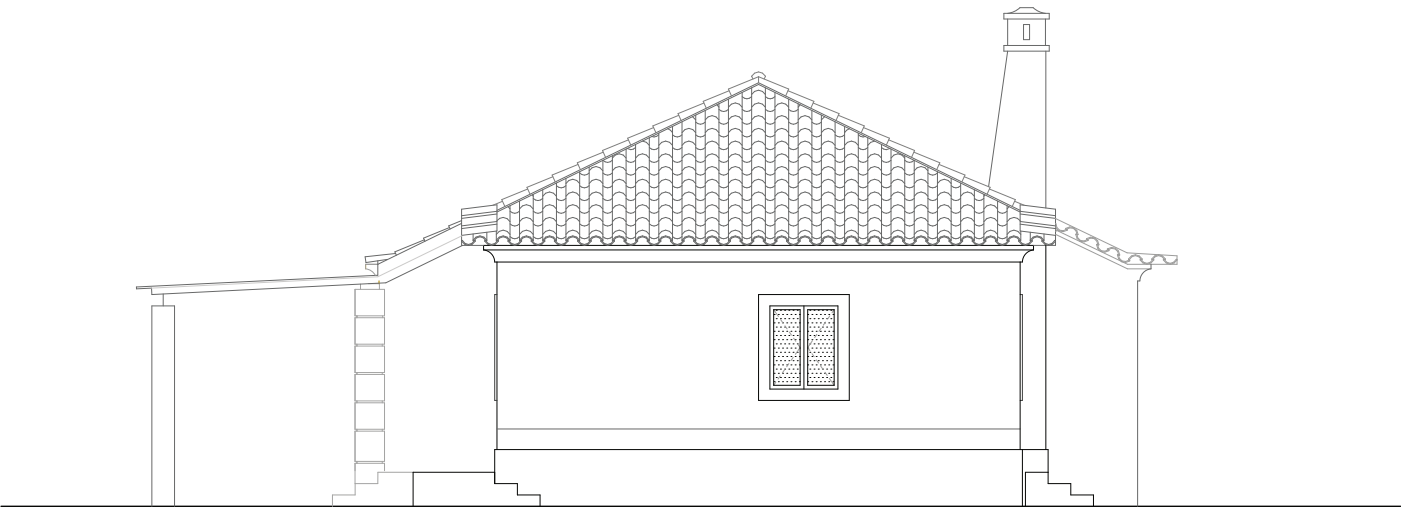




ALÇADO NORDESTE



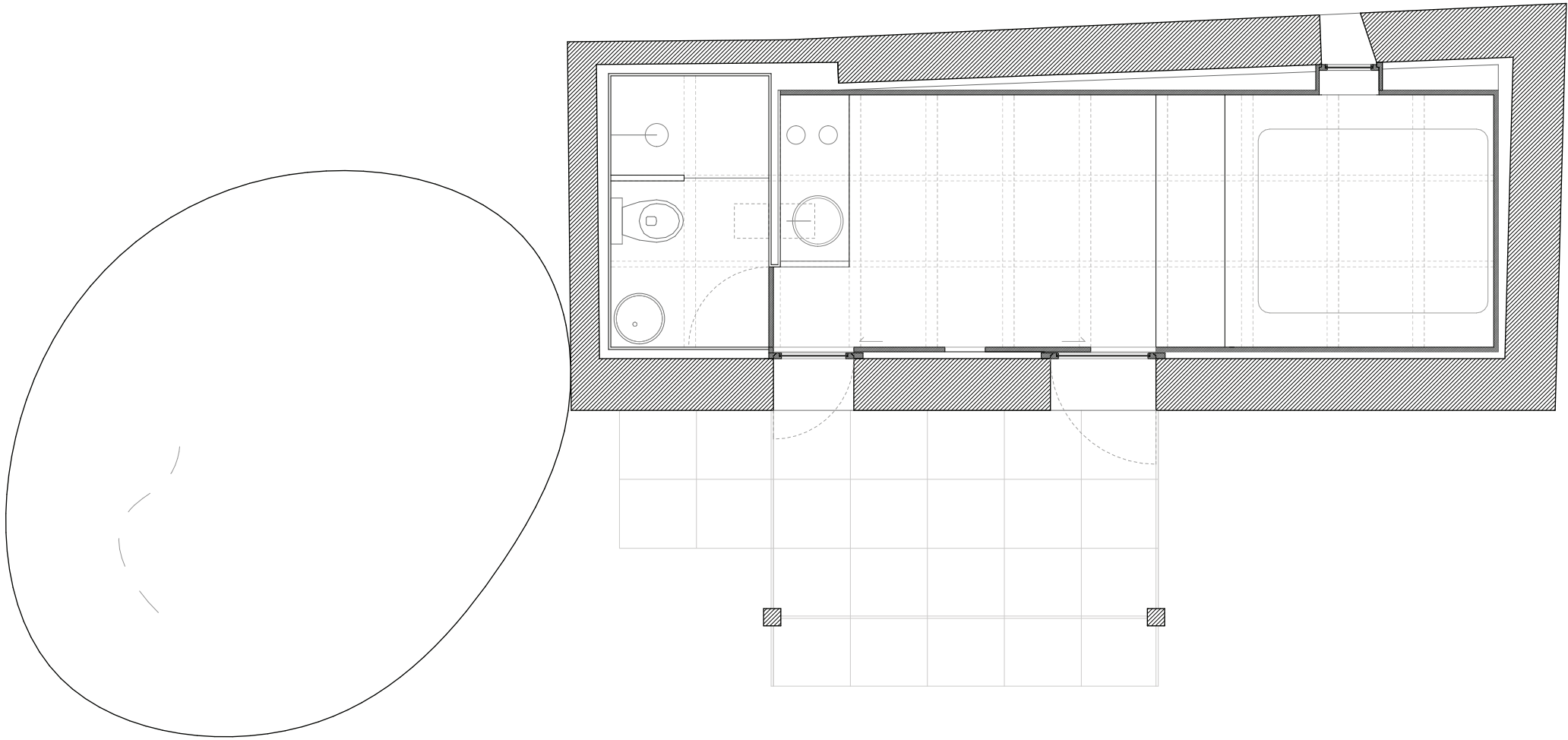
ALÇADO SUDESTE



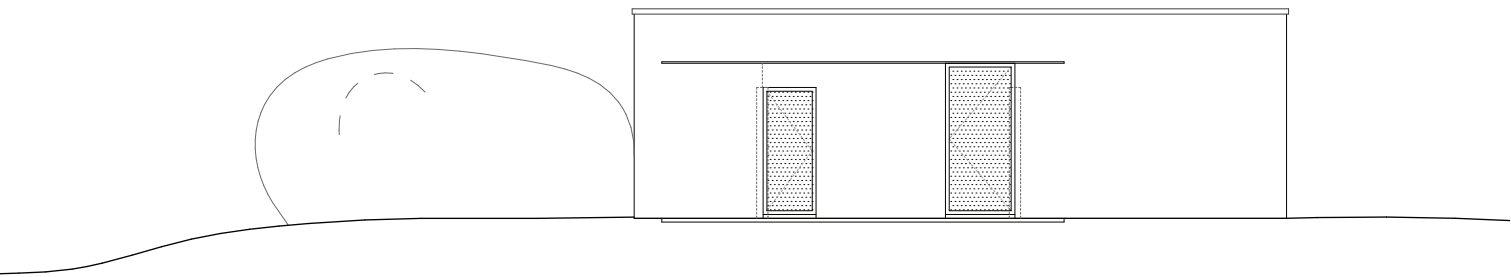
ALÇADO SUDOESTE



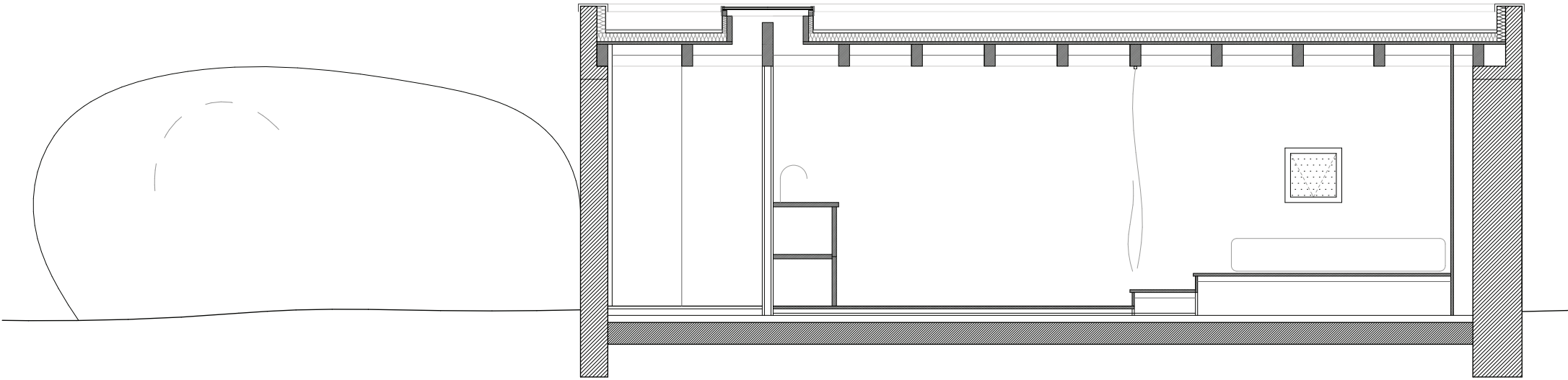
ALÇADO NOROESTE



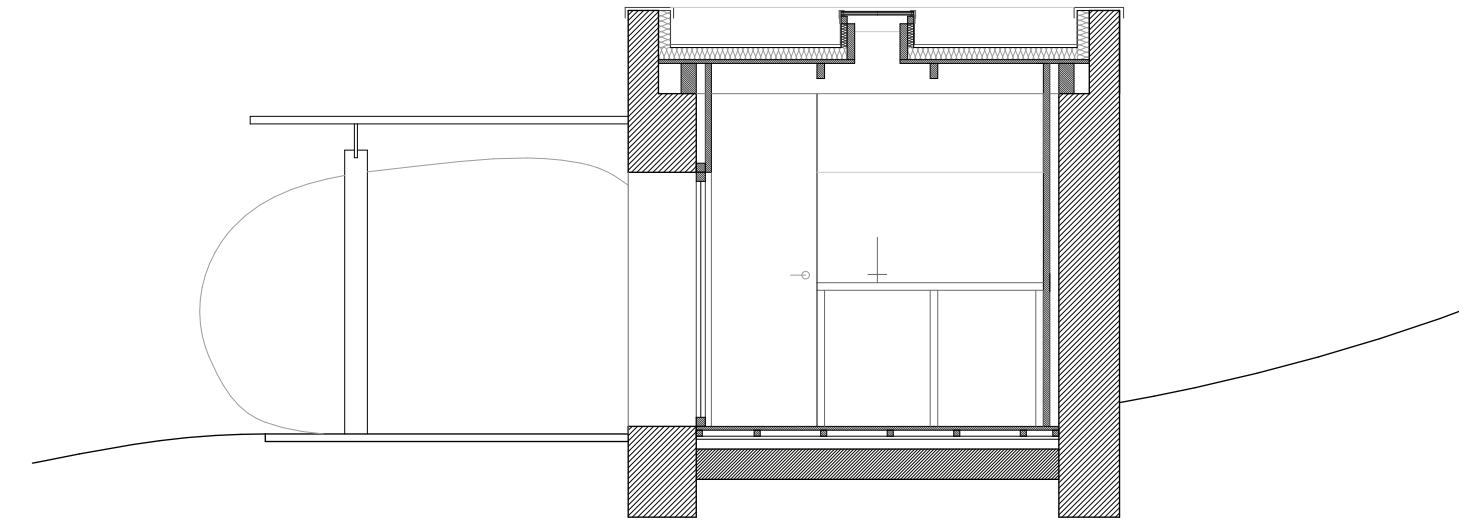
PLANTA 1:50



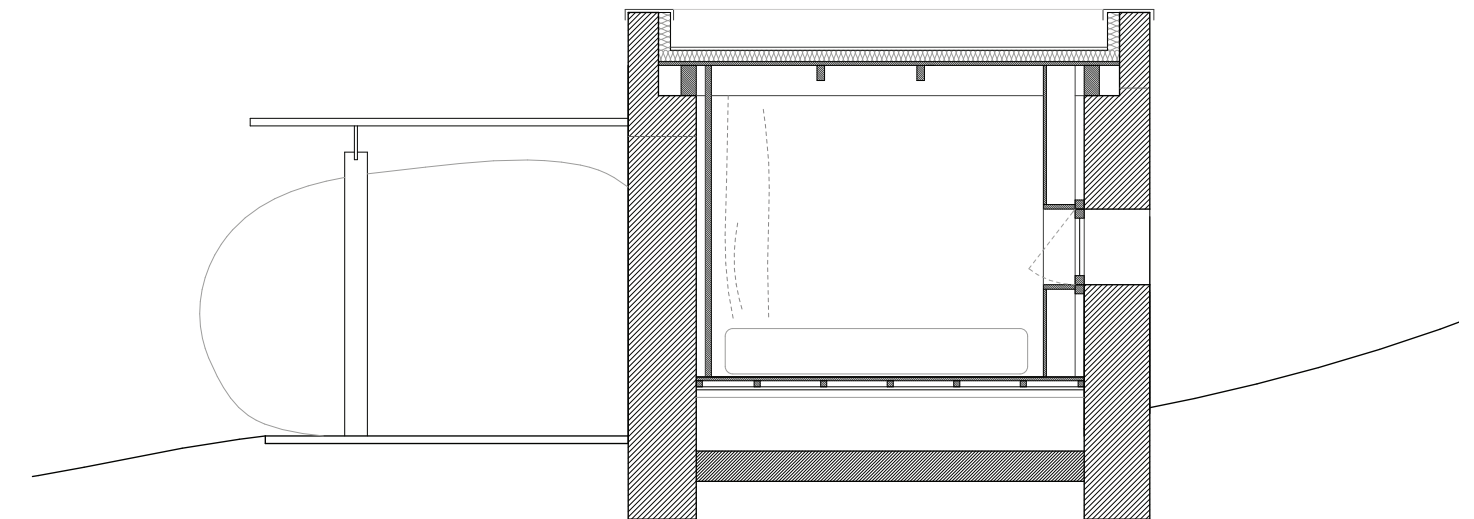
ALÇADO NOROESTE 1:100



CORTE LONGITUDINAL 1:100



CORTE TRANSVERSAL 1:50



CORTE TRANSVERSAL 1:50

considerações finais

Este foi o desenvolvimento de um exercício de arquitectura na procura de consolidar uma ruína, trabalhar sobre as pré-existência e “reavivar” um espaço. A abordagem de um tema nunca antes explorado ao longo da percurso de formação - a reabilitação - resultou numa fértil soma de conhecimentos.

O estudo foi lugar de reflexão e sensibilização sobre a actual quantidade de património abandonado e a escassa “vida” presente nos núcleos rurais, como é o caso da Serra D’Arga.

Concluímos, deste modo, que as ruínas são um modelo dotado de uma enorme potencialidade e versatilidade para a adaptação à contemporaneidade. O ensaio não se resume apenas aos desenhos “finais”, mas sim a todo o processo de maturação da proposta. A solução apresentada engloba uma estratégia de decisões/selecção que reflectem a procura de um equilíbrio espacial – uma solução que permite tornar a casa num modelo “vivo” e autónomo.

A própria “casa do guarda florestal”, que serve de objecto de estudo, replica-se inúmeras vezes ao longo de todo o país, sendo uma porção do património em abandonado/desuso (com “construção” relativamente recente). Apesar desta construção possuir elementos alusivos à arquitectura popular, também possui elementos tradicionais “falseados”, alusivos ao período contemporâneo da sua edificação, o Estado Novo. No entanto, impendentemente da sua “conotação”, a ruína contém memórias de uma habitação associada a função social específica que vigorou no país e que está presente no imaginário das populações locais – o guarda florestal. Ou seja, a ruína possui um significado na história de Portugal.

A proposta elaborada permitiu, deste modo, a percepção da “urgência” em preservar o património e criar iniciativas de redinamização dos pólos rurais, com novas propostas de intervenção e múltiplos programas.

Tudo o que vemos nos dá referências. Tudo nos ajuda a perceber como é que as casas influenciam as pessoas e as pessoas influenciam as casas. Perceber as relações das coisas com as pessoas e das pessoas com as coisas, é essencial para se fazer casas, palácios, igrejas, cidades... Devemos fazer as coisas com paixão, acumular referências, pois amanhã podemos ter necessidade de as usar num projecto. A variedade dá a noção de vida, e isso também pode ser adquirido pelo desenho.

*A visão é fundamental, é preciso ter gosto pelas coisas, perceber porque é que as coisas são como são.*¹³⁰

¹³⁰ TÁVORA, Fernando. Em notas de uma Entrevista, 2002. Apud. MENDES, Manuel - *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora: minha casa*. Porto, 2015, p. 3.

bibliografia

ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho*. Edição da Câmara Municipal de Caminha, Caminha, 1985.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - *A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

BARATA, Marins – *Arquitectura Popular Portuguesa*. Correios e Telecomunicações de Portugal, 1989.

BARROS, Fernando Cerqueira – *Construção do Território e Arquitectura na Serra da Peneda*. Município de Arcos de Valdevez, 2013.

CARDOSO, Isabel Lopes – *Paisagem e Património*. Dafne Editoria, Porto, 2013.

CEREJEIRA, José Domingos - *Memórias da Serra D'Arga*. Jornal Digital CAMINH@2000, Caminha, 2003.

DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Edição Dafne Editora, Porto 2011.

FERNANDES, José Manuel – *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003.

GILI GALFETTI, Gustau - *Casas Refugio*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona 1995

LEAL, João - *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, 2000.

LINO, Raul – *Casas Portuguesas*. Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lisboa, 1992.

MENÉRES, António – *Arquitecturas Populares, Memórias do Tempo e do Património Construído*. Município de Arcos de Valdevez, Casa das Artes, 2013.

MENDES, Manuel - *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora : minha casa*. Porto, 2015

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

PALLASMAA, Juhani – *HABITAR*. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2016.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal, Volume IV: A vida Económica e Social*. Edições João Sá da Costa, Lisboa 1991.

ROSSI, Aldo – *A Scientific Autobiography*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1981.

SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*. Editorial Caminho, Lisboa 1992.

Sindicato Nacional dos Arquitectos – *Arquitectura Popular em Portugal, Volume I*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961

SOLÀ-MORALES, Ignacio de – *Teorías de la Intervención Arquitectónica*. In SOLÀ-MORALES, Ignacio de – *Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006,

TAVARES, Lino; ALARCÃO, Pedro – *Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*. Porto: FAUP publicações 2011.

TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*. FAUP Publicações 2006

TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa : Manuel João Leal, 1947 (Cadernos de Arquitectura; 1), p.3.

TEIXEIRA, Joaquim - *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento.

TEIXEIRA, Manuel C. – *Arquitectura do granito: Arquitectura popular*. Arcos de Valdevez: Município, 2014.

TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico (2002) - *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Coleção Estudos 10, Volume II*. Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

Diário do Governo, Quarta-feira, 15 de Junho de 1938. I Série – Número 136.

Memória Descritiva, Projecto Tipo das Casas do Guarda Florestal, “Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas” 2ª Repartição Técnica, 16 Abril de 1958.

PEDRO, António – *Antológica Poética*. Angelus Novus, 1998. Disponível em <http://canalde-poesia.blogspot.pt/2011/11/antonio-pedro-protopoema-da-serra-darga.html>.

MONIZ, Gonçalo Canto - *Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30*. DC Papeles, 13-14, Barcelona, Departament de Composició Arquitectónica UPC, Outubro 2005. Disponível em https://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/2365/1/68_79_canto_moniz.pdf.

SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), Direcção Geral do Património Cultural. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3488.

índice de imagens

01 *Lugar envolvente. “Pasto” e o Rochedo.* Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

02 Interior. Granito. Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

03 Vista sobre a foz do Rio Minho. Fotografia tirada a 21 de Maio de 2016.

04 Carta Militar de Portugal, nº 4. Caminha. 1949. Material cedido pela Câmara Municipal de Caminha.

05 Entorno. Arga de S. João. Fotografia tirada a 8 de Setembro de 2016.

06 Pátio do Mosteiro de S. João D’Arga. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), Direcção Geral do Património Cultural. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3488.

07 Galeria de acesso. Piso superior do Mosteiro de S. João D’Arga. Fotografia tirada a 8 de Setembro de 2016.

08 Pormenor. Alçado do Mosteiro S. João D’Arga. Fotografia tirada a 8 de Setembro de 2016.

09 Muro de parcelamento agro-pastoril. Fotografia tirada a 8 de Setembro de 2016.

10 Ruína. Volume “principal”.Fotografia tirada a 21 de Junho de 2016.

11 Ruína. Volume anexo. Fotografia tirada a 21 de Junho de 2016.

12 Ruína vista desde o caminho de acesso. Fotografia tirada a 20 de Fevereiro de 2016.

13 “Interior”. Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

14 Alçado nordeste.Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

15 Ruína. Volume anexo. Fotografia tirada a 21 de Junho de 2016.

16 Conjunto inserido na paisagem. Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

17 Vista Interior. Lareia. Fotografia tirada a 21 de Junho de 2016.

18 Vãos no granito. Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

19 Área de “pasto” e a rocha. Fotografia tirada a 20 de Fevereiro de 2016.

20 A ruína na paisagem.”Camuflagem”Fotografia tirada a 21 de Junho de 2016.

21 A ruína na paisagem. Acesso.Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016.

22 Da época. Em Montaria, Serra D’Arga. Digitalização de fotografia. [19--].

23 A família. Digitalização de fotografia. [19--].

24 A família do Guarda Florestal, na Casa de Santo Aginha. Digitalização de fotografia. [19--].

25 Matança do porco, na Casa de Santo Aginha. Disponível em <http://acoutinhoviana.blogspot.pt/2010/08/serra-de-arga-sedutora-montanha-sagrada.html>.

26 Diário do Governo, Quarta-feira, 15 de Junho de 1938. I Série – Número 136.

27 Diário do Governo, Quarta-feira, 15 de Junho de 1938. I Série – Número 136.

28 Casa de Férias. Casas Portuguesas. Raul Lino. “Nos esteios do alpendre poderá empregar-se pedra tosca da região, ou simples alvenaria. A cobertura representada aqui é de telha portuguesa vulgar. Digitalização de LINO, Raul – “Casas Portuguesas”. Herdeiros de Raul Lino e Edições Cotovia, Lisboa, 1992, fig. 27.

29 Imagem de propaganda política aquando do Estado Novo. 1938. Legendado como “Kitchnet” por Álvaro Domingues, em Vida no Campo. Disponível em <https://noseahistoria.wordpress.com/2011/12/12/a-licao-de-salazar/>.

30 Espigueiro. Serra D’Arga. [19--]. Disponível em <http://acoutinhoviana.blogspot.pt/2016/06/imagens-da-serra-de-arga-que-podem-ser.html>.

31 Memória Descritiva, Projecto Tipo das Casas do Guarda Florestal, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Agrícolas 2ª Repartição Técnica, 16 Abril de 1958. Material cedido pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

32 Da época. Uma das “Casa do Guarda Florestal” em construção, na Serra D’Arga. Digitalização de fotografia [195-].

33 Plantas. 1. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

34 Plantas. 2. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

35 Alçados. 3. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

36 Alçados. 4. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

37 Cortes. 5. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

38 Cortes. 6. Documento da “Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas”. 1951.

39 Da época. Festejo popular, em Dem. [19--] Disponível em <http://acoutinhoviana.blogspot.pt/2010/08/serra-de-arga-sedutora-montanha-sagrada.html>.

40 Actual. “Largo” de Arga de São João. Fotografia tirada a 8 de Setembro de 2016.

41 Processo. Múltiplas tentativas dentro volume da “casa do guarda florestal”. 16 de Junho de 2016. Registo pessoal.

42 Vãos no granito. A vista da “sala”. Fotografia tirada a 8 de Junho de 2016

43 Esquisso. A cobertura na “casa do gaurda florestal”. Registo pessoal.

44 Esteio de granito e ramada. Arga de S. João. Fotografia tirada a 8 de Setembro de 2016.

ao Arquitecto António Madureira,

aos meus pais, irmão e avós,

aos meus amigos,

um obrigado!

setembro de 2016

Nota à edição:

A presente publicação foi redigida segundo o acordo ortográfico anterior ao actualmente vigente.